



# Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Arnal - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 97.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1993  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 069/93

Curitiba, 05 de outubro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 4.<sup>o</sup>, da Lei n.<sup>o</sup> 10.233, de 28 de dezembro de 1992.

A lei em referência é a que instituiu a Taxa Ambiental e seu art. 4.<sup>o</sup>, cuja reda-

ção se pretende modificar, cuida dos casos da isenção do pagamento da referida Taxa, sendo que a ora proposta nova redação tem como fundamento acrescentar, entre os casos de isenção, os licenciamentos dos empreendimentos habitacionais de caráter eminentemente social, dos quais participem os órgãos da Administração pública direta ou indireta, inclusive suas autarquias e sociedades de economia mista.

A adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pelo Sr. Secretário Especial da Política Habitacional, diz, com o necessário detalhamento, sobre a conveniência de que se reveste a medida em epígrafe:

"A Lei n.<sup>o</sup> 10.233, de 28.12.92 instituidora da Taxa Ambiental consignou em seu artigo 4.<sup>o</sup> a isenção da referida Taxa para as inspeções florestais de imóveis localizados em áreas protegidas por leis, bem como a imóveis com área de até 2 (dois) módulos rurais, desde que residência do contribuinte.

A isenção ora citada tem seus efeitos restritos, não alcançando situações de caráter eminentemente social.

Para levantar a questão, vale ressaltar que o Governo do Estado, através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, vinculada ao Secretário Especial da Política Habitacional, que entre outros, objetiva a execução de programas de urbanização, vem desenvolvendo em todo o Estado do Paraná programas habitacionais de caráter social.

Dentre os programas iniciados e a iniciarem, destacamos o "Casa da Família", na forma de mutirão habitacional, alternativa que visa possibilitar o acesso da população carente à moradia, conciliando duas variáveis opostas: o custo e a necessidade de uma casa de tamanho adequado ao grande número de componentes das famílias dessa faixa de renda. A consecução desse objetivo tornou-se possível mediante a parceria entre o Governo do Estado, através do Secretário Especial da Política Habitacional - COHAPAR, as Prefeituras Municipais e os mutuários, estes realizando a mão-de-obra por si ou seus familiares.

Assim sendo, a COHAPAR como agente promotor do Sistema Financeiro da Habitação, promove a construção de moradias de baixo custo à população mais necessitada, com recursos repassados pelo Governo Estadual.

Vale ressaltar que 31.855 unidades habitacionais já foram executadas no período do atual Governo Estadual.

Pelo texto atual da Lei n.<sup>o</sup> 10.233/92 a COHAPAR se enquadra na qualidade de contribuinte da taxa, o que reduziria para 31.217 unidades habitacionais, ou seja 638 casas a menos, caso contribuísse desde o

início.

Isto significaria que 638 famílias deixariam de ter sua moradia própria.

A fim de evitarmos que famílias paranaenses deixem de obter sua moradia, faz-se mister a ampliação da isenção contida no artigo 4º da Lei nº 10.233/92, na forma do anteprojeto incluso."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Artigo 4º, da Lei nº 10.233, de 28 de dezembro de 1992, passa, acrescido de parágrafo único, a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - Ficam isentos da Taxa Ambiental:

I - a inspeção florestal prestada a imóveis rurais localizados em áreas protegidas por leis específicas e a imóvel com área de até 2 (dois) módulos rurais, quando da residência fixa do contribuinte;

II - os licenciamentos dos empreendimentos habitacionais de caráter eminentemente social, que de qualquer forma participem os órgãos da administração pública direta ou indiretamente, inclusive suas autarquias e sociedades de economia mista.

Parágrafo Único - A isenção de que trata este artigo aplica-se aos pedidos formalizados, sendo vedado, contudo, a devolução de valores já recolhidos."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### Mensagem:

MENSAGEM Nº 071/93

Curitiba, 18 de outubro de 1993.  
Senhor Presidente.

Através da presente, venho, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, autorização para me afastar do País, no período de 8 a 20 de novembro próximo, com destino à Itália, a fim de, em Modena e Milão, atender convites no sentido de realizar contatos com autoridades locais e tratar de assuntos de interesse do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### Ofícios:

#### O F Í C I O S

Sob os nºs DTL/SAT/271, 272, 289, 290, 291 e 292/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

311/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação Dignidade - Grupo de Conscientização e Emancipação Homossexual - AD, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.459. **Anote-se - Archive-se.**

315/93: De autoria do Deputado João Preis que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Aloysio Mommensohn, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.460. **Anote-se - Archive-se.**

521/93: Do Poder Executivo que, reajusta, em 20%, a partir de 1º de setembro de 1993, os vencimentos dos servidores civis e militares do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.461. **Anote-se - Archive-se.**

454/93: Do Poder Executivo que, cria, no Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. 1 (um) cargo de provimento em comissão com a denominação de Diretor-Técnico, símbolo DAS-3, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.462. **Anote-se - Archive-se.**

460/93: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.463. **Anote-se - Archive-se.**

453/93: Do Poder Executivo que, extingue o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo art. 3º da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.464. **Anote-se - Archive-se.**

Of. nº 67/93

Senhor Presidente.

O presente visa comunicar a supressão do Deputado Ovídio José Constantino como 2º suplente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, uma vez que, em 05 de outubro passado próximo, esta liderança indicou, por um lapso, um membro a mais.

Considerando que, na referida Comissão Permanente o Partido dos Trabalhadores - PT, conta apenas com um titular, o correto seria a indicação proporcional de um membro na suplência, pelo que processamos a

devida correção nesta data.

(a) RENATO ADUR

Na oportunidade, aproveito para reite-  
rar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Of n° 2315/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar  
a minha ausência na Sessão Ordinária do  
dia 15/10/93, por compromissos inadiáveis  
em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de es-  
tima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ROSSONI

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 3898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER, após ouvido o Plenário, a conces-  
são de Regime de Urgência ao Projeto de  
Lei n° 588/93, oriundo da Mensagem n°  
67/93, que objetiva alterar os critérios  
de concessões de gratificação de incentivo  
aos docentes de ensino superior, com base  
na titulação acadêmica possuída.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

##### REQUERIMENTO N° 3914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições legais, REQUER,  
após ouvido o douto Plenário, Regime de  
Urgência ao Projeto de Lei n° 492/93, que  
declara de Utilidade Pública o Centro de  
Treinamento para Pecuáristas em Castrolan-  
da - Pr.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

##### REQUERIMENTO N° 3950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
com fundamento no disposto pelo artigo 182  
do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-  
nário, respeitosamente REQUER Regime de  
Urgência para os Projetos de Lei n°  
581/93, Mens. n° 065/93, que estima a re-  
ceita e fixa a despesa do Orçamento Geral  
do Estado para o exercício de 1994;  
581/93, Mens. n° 066/93, que autoriza o  
Poder Executivo a contratar operação de  
crédito externo, junto ao BIRD; 587/93,  
Mens. n° 067/93, que altera dos critérios  
de concessão de gratificação de incentivo  
aos docentes do ensino superior; 588/93,  
Mens. n° 068/93, Crédito Suplementar ao  
DECON.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

##### REQUERIMENTO N° 3996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
com fulcro no art. 182 do Regimento Inter-  
no, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime  
de Urgência ao Projeto de Resolução n°  
065/91 que cria Comissão Especial Supra-  
partidária para rever as doações, vendas e  
concessões de imóveis rurais e urbanos.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido de urgência que ora apresen-  
tamos se fundamenta em face de tal projeto  
ter sido protocolado em 23 de outubro de  
1991. A criação de Comissão Especial Su-  
prapartidária para rever as doações, ven-  
das e concessões de imóveis públicos, ru-  
rais e urbanos, conforme o que prevê o  
art. 21 das Disposições Constitucionais  
Transitórias da Constituição Estadual, es-  
gotou-se em 05 de janeiro de 1990, visto  
que a Carta determina prazo de 90 dias  
após a sua promulgação. Portanto, cumpre  
ao Poder Legislativo, como órgão também  
fiscalizador, fazer a revisão destas doa-  
ções e principalmente, tomar conhecimento  
deste patrimônio estadual.

##### REQUERIMENTO N° 3990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER, após ouvido o soberano Plenário,  
Preferência de Votação os Projetos n°s 510  
e 511/93 constantes dos itens 22 e 23 da  
Ordem do Dia de 18 de outubro de 1993.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

##### REQUERIMENTO N° 3897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais e,  
com fundamento no disposto pelo artigo  
187, § 4° do Regimento Interno, REQUER,  
após ouvido o Plenário, dispensa de dis-  
cussão e votação de redação final para os  
projetos aprovados em 2.ª discussão,  
constantes da Ordem do Dia da presente  
sessão, que não tenham sofrido emendas no  
curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO N° 4000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-  
nário, seja retirado por 06 (seis) Ses-  
sões, o Projeto de Lei n° 039/93, de auto-

ria deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento das Proposições de Veto n°s 052 e 058/93, da presente Sessão, reincluindo-as na Ordem do Dia de amanhã.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei de n° 533/93, de sua autoria, que denomina "Vereador Júlio José de Souza - Julião", trecho rodoviário do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, vem comunicar a este Parlamento, que, a partir desta data, desliga-se do Partido Liberal - PL, reque-rendo, pois, a retirada de seu nome dos assentamentos desta agremiação política, bem como a supressão de sua participação nas Comissões permanentes a que pertencia.

Requer ainda, a competente comunicação ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) CARLOS SIMOES

REQUERIMENTO N° 3937

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido a colenda Casa, sejam entregues os Títulos de Cidadão Honorário do Paraná, aos Ilustríssimos Senhores:

- LUIZ MENEGUEL - "in memoriam"

- SERAFIM MENEGUEL e

- CARLOTA MENEGUEL, na cidade de Bandeirantes, no Anfiteatro da Faculdade de Agronomia "Luiz Meneguel", à BR-369, km 54, no dia 14 de novembro de 1993, às 20:00 horas, conforme programação elaborada pela Coordenadoria do Cerimonial deste Poder.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(aa) OSWALDO TREVISAN

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento da sociedade paranaense, no dia 14 de novembro de 1993, receberão os Títulos de Cidadão Honorário do Paraná, as ilustres personalidades bandeirantenses:

- LUIZ MENEGUEL - "in memoriam";

- SERAFIM MENEGUEL e

- CARLOTA RENSI MENEGUEL, fundadores da USIBAN, que muito tem contribuído para o progresso regional, paranaense e brasileiro.

São merecedores da nossa admiração e respeito pelas suas folhas de serviços prestados ao desenvolvimento sócio-econômico do Paraná.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 3929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da senhora Delvira Ângela Quintiliano, ocorrido em Ponta Grossa, dia 08 próximo passado.

Pessoa de grande consideração, que muito fez por Ponta Grossa, onde deixou vasta saudade aos amigos e parentes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente na Rua Santos Dumont, 670, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do senhor Marcos Aurélio Cogo, ocorrido em Ponta Grossa, dia 08 próximo passado.

Pessoa de grande estima e amizade perante os ponta-grossense, que com certeza, após seu óbito, deixará muitas saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente na Rua Souza Naves, 3867, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria de Lurdes Zander de Domenico, ocorrido em Ponta Grossa, dia 06 próximo passado.

Pessoa de grande destaque na sociedade

ponta-grossense, estimada por muitos, e que, com seu passamento deixará muitas saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente na Rua Rio de Janeiro, 316, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Flávio Faria Carneiro, com 76 anos de idade, ocorrido no dia 16 de outubro do corrente, na cidade de Ponta Grossa.

O senhor Flávio Faria Carneiro era funcionário público federal aposentado.

Nasceu na cidade de Jaguariaíva/PR, mas residiu em Ponta Grossa por mais de 40 anos, onde manteve estabelecimento comercial, que muito contribuiu com o progresso da cidade.

Casado com a senhora Lisete Calil Carneiro, possuía 2 filhos: Walquíria Carneiro Xavier da Silva casada com Antonio Hipólito Xavier da Silva e Flávio Carneiro Filho, casado com Solange Carneiro. Possuía, ainda, 7 netos e 5 bisnetos.

Com seu falecimento, o senhor Flávio Faria Carneiro, deixa uma imensa lacuna no coração, não só de seus familiares, amigos e conhecidos, como também de todo o povo ponta-grossense, que teve o privilégio de conviver com ele no seu estabelecimento comercial ou na repartição pública que trabalhou.

O tempo e a distância jamais poderão apagar a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar para a residência, sito na Rua General Carneiro, 307, em Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 3976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do jovem Rafael Amatzuzi Sawais, ocorrido no dia 17 de outubro do corrente ano, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Em cada instante, a vida oferece cir-

cunstâncias cujos entendimentos, é de difícil aceitação.

A juventude, no clamor da ânsia de melhores dias, participam ativamente de todos os setores da vida humana, e com isso criam uma preocupação constante a seus familiares, porém em qualquer motivação, os pais sentem, por menor que seja, a questão íntima.

No último dia 17 de outubro, a tragédia veio a recair no lar do casal Ana Lúcia Amatzuzi e Augusto César Tramujas Sawais, pois o jovem Rafael Amatzuzi Sawais foi vítima de um acidente e veio a falecer.

Foram momentos de angústia, pela resplandecência que o falecido representava a toda a família, criando-se uma celeuma, como se parte de um corpo estivesse sendo destruído, pior ainda durante o sepultamento. Mas assim é a vida, e precisamos ter a perseverança para aguentar esses momentos dolorosos.

Nesse sentido, solicitamos um voto de pesar pelo trágico desaparecimento de Rafael Amatzuzi Sawais, e que seus pais Ana Lúcia Amatzuzi e Augusto C. Tramujas Sawais, sejam comunicados do fato, enviando as nossas condolências, extensivas a todos os familiares, na Rua Desembargador Otávio do Amaral, 770 - Jardim Champagnat - 5º andar - CEP: 80.730-400 - Curitiba.

#### REQUERIMENTO N° 3989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Catarina Meduna, ocorrido no último dia 07 de outubro, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Paranaguá, em toda a sua extensão territorial, tem famílias que foram os pioneiros em cada localidade, onde com o decorrer dos anos tornaram-se figuras de grande respeito e admiração de parte dos demais moradores.

Dentro dessas circunstâncias, as Colônias daquela cidade, tem na Família Meduna, uma das que levou o progresso à região, impondo com os poderes constituídos alguns benefícios.

No último dia 07, foram surpreendidos com o falecimento da matriarca da família a Senhora Catarina Meduna, uma mulher exemplar, destemida, que, com seu esposo Angelo Meduna, tornaram possível para muitos a luta pela sobrevivência na agricultura, e realizaram a criação de uma fábrica de farinha, que é considerada uma das melhores produtoras daquela região do Litoral.

Em todo o movimento de crescimento econômico, das Colônias, Dona Catarina Meduna, com toda a sua família sempre esteve participando.

Seu desaparecimento, encheu de tristeza seus familiares e amigos, e por isso solicitamos esse voto de pesar, que pedimos seja endereçado ao esposo Angelo Meduna, e aos filhos: Elisio Ferreira Meduna, Maria Tereza Meduna Moscardi, José Meduna, João Meduna, Roseli Meduna, Mário Meduna e Renato Meduna, à Rodovia Alexandra-Matinhos, quilômetro 16.

## REQUERIMENTO N° 3994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Dileta Carbonieri Teixeira, na data de hoje, mãe do Sr. Flávio P. Teixeira, ex-Prefeito do Município de Ivaiporã.

Solicito ainda, seja dada ciência à família enlutada, sito na Avenida Curitiba, s/n° - Ivaiporã/PR.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 3901

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Cultura de Palmeira, por terem assinado um convênio com a Secretaria de Estado da Cultura, para a elaboração de um cadastro completo e informatizado dos bens culturais do município.

Palmeira passa a integrar o projeto "Paraná da Gente: Terra, História e Memória", que a Secretaria pretende implantar em todos os municípios paranaenses.

Cadastradores participarão dos levantamentos do patrimônio histórico documental, arquitetônico, natural, das manifestações populares, e do patrimônio de bens móveis dentro do município.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência, em nome do Prefeito Municipal de Palmeira, Sr. Altamir Sanson, e ao Secretário Municipal da Cultura e do Meio Ambiente de Palmeira, Sr. Alcírio Henrique Mendes Lemos.

(a) Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 3912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente congratulando os muni-

cípios de Iporã, através dos ilustres representantes, Sr. Salvador Caetano Silva, Digníssimo Prefeito Municipal e Dorival Passarela, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, pela passagem do 32° ano de aniversário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Ao comemorar 32 anos de fundação, Iporã, através da gestão de Salvador Caetano, apresenta um rol de obras que por si só já demonstra o crescimento do município e o desenvolvimento do seu povo.

- Construção de salas de aula na Escola Municipal Willie Barth, no Distrito de Nilza;

- construção de escritório da EMATER;

- construção de 155m lineares de galerias de tubo de 1,00m da bacia próxima a SANBRA;

- reconstrução da ponte sobre o Rio Jangada, Gleba 10;

- reconstrução da ponte sobre o Rio Iporanzinho;

- ligação do Poço de Água Flórida Aparecida;

- construção de 280m lineares de galeria na Bacia das Associações da AABB e BANEASTADO;

- recuperação da ponte sobre o Rio Sarandi, Estrada Clark;

- divisão de uma sala de aula na Escola Nossa Senhora de Fátima;

- recuperação da ponte da Estrada Rainha da Vitória;

- conclusão da construção da Escola do Trabalho - fase final para funcionamento;

- recuperação da ponte sobre o Rio Sarandi, Estrada Xuxa;

- cascalhamento da Estrada Estiva;

- cascalhamento da Estrada Clark;

- cascalhamento da Estrada que liga Iporã a Oroite;

- aquisição de Terreno 20.800 m2 para construção de mais 51 casas no sistema Mutirão;

- conclusão e entrega de Mutirão III;

- reativação do Mutirão IV;

- aquisição de 12.500 mudas de acerola a serem doados aos produtores;

- construção de plataforma para coleta de lixo e reciclagem do mesmo.

## REQUERIMENTO N° 3928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à TV - Paranaense - Canal 12 pela conquista do Prêmio VOLVO.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco



Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do Canal 12.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A TV Paranaense Canal 12 - marcou o pioneirismo da Televisão no Paraná.

A importância da televisão na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como poderoso veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação da televisão para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas. Portanto, é realmente auspicioso a conquista e o recebimento pela TV Paranaense Canal 12, do Prêmio VOLVO, sendo o mais novo troféu VOLVO de segurança obtido pelo Canal 12.

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado conceito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos da sociedade. Algumas dessas lideranças mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades comprovando a inegável vocação paranaense.

Destaca-se entre estas lideranças o empresário Dr. Francisco Cunha Pereira Filho que vem galgando os patamares da vida empresarial chegando ao topo do comando de um dos mais importantes grupos da comunicação do sul do país, alinhando ao lado de grandes grupos nacionais.

A liderança, o tirocínio administrativo e sem dúvida o alto e reconhecido dinamismo levaram o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, a conquistar para sua empresa TV Paranaense Canal 12, o Prêmio VOLVO.

Devemos assinalar que a premiação VOLVO é motivo de orgulho para todos os paranaenses, pelo que representa a nível nacional, principalmente como modelo de visão administrativa.

O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, é o paradigma dos nossos homens de negócios, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade, servindo de exemplo para toda a sociedade. A homenagem prestada pela VOLVO é, portanto, extensiva a todos os jornalistas, auxiliares e colaboradores da TV Paranaense - Canal 12.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, congratula-se com a TV Paranaense Canal 12 na pessoa do Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, bem como com todos os seus colaboradores.

**REQUERIMENTO N° 3933**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, segunda, em 18.10.93

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Colégio Marista Pio XII, pelo XIX Capítulo Geral, realizado em Roma, pelo Instituto Marista, ao qual o Colégio pertence.

O XIX Capítulo Geral é um ato de discernimento coletivo sobre a Missão Marista hoje, com forte significado para o futuro. O Capítulo é uma aventura espiritual, o lançamento de uma nova fase na trajetória educacional dos Irmãos e Colégios Maristas. Este Capítulo quer alcançar os laços de relacionamento com todos os educadores que compreendem hoje a grande família Marista.

O "slogan" do XIX Capítulo Geral é "AUDÁCIA E ESPERANÇA".

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos diretores, funcionários e alunos do Colégio Marista Pio XII, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 3934**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Secretário de Segurança Pública José Moacir Favetti e ao Chefe de Divisão Policial do Interior, pela elaboração dos projetos das criações dos Distritos Policiais nas Vilas Núcleo Santa Terezinha e Borato, em Ponta Grossa.

Esses projetos denominados "mapas descritivos", foram elaborados com grande possibilidade de aprovação, já que a própria Secretaria de Segurança Pública tem interesse em aumentar o número de unidades policiais descentralizadas em Ponta Grossa.

Na oportunidade faz-se uma apelação ao Secretário, no sentido de que sejam ajudados os Distritos já existentes e também a 13.<sup>a</sup> Subdivisão Policial, com viaturas, armamentos, pessoal, e tudo mais o que for necessário para que a população esteja em plena segurança.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 3935**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Secretário de Transportes, Senhor Mário Pereira, pela recuperação de 2.000 quilômetros de rodovias estaduais.

A primeira etapa do programa prevê a recuperação de 716 quilômetros, o restante, que completa os 2.000 quilômetros, es-



tá previsto para ser concluído o ano que vem.

A iniciativa é de grande vulto, principalmente nas rodovias que não estão em bom estado, como Pirai do Sul/Joaquim Murtinho, Wenceslau Braz/Santana do Itararé e Irati/Rebouças.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Ademir Barbiéri, Gerente do Supermercado De Carli, da Cidade de Guaratuba, pela participação na "Campanha de Combate à Fome", realizada no dia 11 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo econômico de retenção, que atravessa o Brasil, atinge de forma radical as famílias carentes, dificultando suas manutenções no dia-a-dia, com isso milhares de pessoas passam fome, conforme os próprios levantamentos dos órgãos governamentais.

Na busca de amenizar, e com isso dar um poder de estímulo, foi realizado no último dia 11 de outubro, no município de Guaratuba, a Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Clube, APAE e APMI, onde houve uma movimentação intensa em todo município.

Os resultados foram positivos, onde cerca de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, cuja responsabilidade de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal.

Nessa oportunidade queremos registrar um voto de congratulação a Ademir Barbiéri, Gerente do Supermercado De Carli, estabelecido à Avenida Sete de Setembro, 50 - CEP: 83.280-000 - Guaratuba, pela sua valiosa colaboração, onde além de franquear as dependências do estabelecimento comercial, ainda voluntariamente esteve dando completa assistência aos integrantes que trabalharam na arrecadação.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao mesmo, no endereço acima citado esse voto de congratulação, com os nossos agradecimentos especiais, salientando que o sucesso da Campanha de Combate à Fome, teve sucesso também em função de sua grandiosa colaboração, e extensivo a todos os seus funcionários.

#### REQUERIMENTO N° 3939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Leozir Pepes de Oliveira, Gerente do Supermercado Kipão, da Cidade de Guaratuba, pela participação na "Campanha de Combate à Fome", realizada no dia 11 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo econômico de retenção, que atravessa o Brasil, atinge de forma radical as famílias carentes, dificultando suas manutenções no dia-a-dia, com isso milhares de pessoas passam fome, conforme os próprios levantamentos dos órgãos governamentais.

Na busca de amenizar, e com isso dar um poder de estímulo, foi realizado no último dia 11 de outubro, no município de Guaratuba, a Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Clube, APAE e APMI, onde houve uma movimentação intensa em todo município.

Os resultados foram positivos, onde cerca de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, cuja responsabilidade de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal.

Nessa oportunidade queremos registrar um voto de congratulação a Leozir Pepes de Oliveira, Gerente do Supermercado Kipão, estabelecido à Praça Cel. Alexandre Mafra, 250 - CEP: 83.280-000 - Guaratuba, pela sua valiosa colaboração, onde além de franquear as dependências do estabelecimento comercial, ainda voluntariamente esteve dando completa assistência aos integrantes que trabalharam na arrecadação.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao mesmo, no endereço acima citado esse voto de congratulação, com os nossos agradecimentos especiais, salientando que o sucesso da Campanha de Combate à Fome, teve sucesso também em função de sua grandiosa colaboração, e extensivo a todos os seus funcionários.

#### REQUERIMENTO N° 3940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Enilton Curt Rauh, Gerente do Supermercado Beiramar, da Cidade de Guaratuba, pela participação na "Campanha de Combate à Fome", realizada no dia 11 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo econômico de retenção, que atravessa o Brasil, atinge de forma radical as famílias carentes, dificultando

suas manutenções no dia-a-dia, com isso milhares de pessoas passam fome, conforme os próprios levantamentos dos órgãos governamentais.

Na busca de amenizar, e com isso dar um poder de estímulo, foi realizado no último dia 11 de outubro, no município de Guaratuba, a Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Clube, APAE e APMI, onde houve uma movimentação intensa em todo município.

Os resultados foram positivos, onde cerca de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, cuja responsabilidade de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal.

Nessa oportunidade queremos registrar um voto de congratulação a Enilton Curt Rauh, Gerente do Supermercado Beiramar, estabelecido à Avenida Curitiba, 371 - CEP: 83.280-000 - Guaratuba, pela sua valiosa colaboração, onde além de franquear as dependências do estabelecimento comercial, ainda voluntariamente esteve dando completa assistência aos integrantes que trabalharam na arrecadação.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao mesmo, no endereço acima citado esse voto de congratulação, com os nossos agradecimentos especiais, salientando que o sucesso da Campanha de Combate à Fome, teve sucesso também em função de sua grandiosa colaboração, e extensivo a todos os seus funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 3941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Adilson Merckle, Gerente do Supermercado Rosi, da Cidade de Guaratuba, pela participação na "Campanha de Combate à Fome", realizada no dia 11 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo econômico de retenção, que atravessa o Brasil, atinge de forma radical as famílias carentes, dificultando suas manutenções no dia-a-dia, com isso milhares de pessoas passam fome, conforme os próprios levantamentos dos órgãos governamentais.

Na busca de amenizar, e com isso dar um poder de estímulo, foi realizado no último dia 11 de outubro, no município de Guaratuba, a Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Clube, APAE e APMI, onde houve uma movimentação intensa em todo município.

Os resultados foram positivos, onde

cerca de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, cuja responsabilidade de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal.

Nessa oportunidade queremos registrar um voto de congratulação a Adilson Merckle, Gerente do Supermercado Rosi, estabelecido à Avenida Vinte e Nove de Abril, nº 698 - CEP: 83.280-000 - Guaratuba, pela sua valiosa colaboração, onde além de franquear as dependências do estabelecimento comercial, ainda voluntariamente esteve dando completa assistência aos integrantes que trabalharam na arrecadação.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao mesmo, no endereço acima citado esse voto de congratulação, com os nossos agradecimentos especiais, salientando que o sucesso da Campanha de Combate à Fome, teve sucesso também em função de sua grandiosa colaboração, e extensivo a todos os seus funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 3942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Ivon Carlos Codônio, Gerente do Supermercado Parati, da Cidade de Guaratuba, pela participação na "Campanha de Combate à Fome", realizada no dia 11 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo econômico de retenção, que atravessa o Brasil, atinge de forma radical as famílias carentes, dificultando suas manutenções no dia-a-dia, com isso milhares de pessoas passam fome, conforme os próprios levantamentos dos órgãos governamentais.

Na busca de amenizar, e com isso dar um poder de estímulo, foi realizado no último dia 11 de outubro, no município de Guaratuba, a Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Clube, APAE e APMI, onde houve uma movimentação intensa em todo município.

Os resultados foram positivos, onde cerca de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, cuja responsabilidade de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal.

Nessa oportunidade queremos registrar um voto de congratulação a Ivon Carlos Codônio, Gerente do Supermercado Parati, estabelecido à Rua Doutor João Cândido, nº 497 - CEP: 83.280-000 - Guaratuba, pela sua valiosa colaboração, onde além de franquear as dependências do estabelecimento comercial, ainda voluntariamente esteve dando completa assistência aos inte-

grantes que trabalharam na arrecadação.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao mesmo, no endereço acima citado esse voto de congratulação, com os nossos agradecimentos especiais, salientando que o sucesso da Campanha de Combate à Fome, teve sucesso também em função de sua grandiosa colaboração, e extensivo a todos os seus funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 3943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Ivonete T. Smanio-to Santiago, Gerente do Supermercado Solimar, de Guaratuba, pela participação na "Campanha de Combate à Fome", realizada no dia 11 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo econômico de retenção, que atravessa o Brasil, atinge de forma radical as famílias carentes, dificultando suas manutenções no dia-a-dia, com isso milhares de pessoas passam fome, conforme os próprios levantamentos dos órgãos governamentais.

Na busca de amenizar, e com isso dar um poder de estímulo, foi realizado no último dia 11 de outubro, no município de Guaratuba, a Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Clube, APAE e APMI, onde houve uma movimentação intensa em todo município.

Os resultados foram positivos, onde cerca de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, cuja responsabilidade de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal.

Nessa oportunidade queremos registrar um voto de congratulação a Ivonete T. Smanio-to Santiago, Gerente do Supermercado Solimar, estabelecido à Rua José Nicolau Abagge, nº 1.100 - CEP: 83.280-000 - Guaratuba, pela sua valiosa colaboração, onde além de franquear as dependências do estabelecimento comercial, ainda voluntariamente esteve dando completa assistência aos integrantes que trabalharam na arrecadação.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao mesmo, no endereço acima citado esse voto de congratulação, com os nossos agradecimentos especiais, salientando que o sucesso da Campanha de Combate à Fome, teve sucesso também em função de sua grandiosa colaboração, e extensivo a todos os seus funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 3945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos, ao Excelentíssimo Sr. José Ananias dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal de Guaratuba, pelo sucesso da campanha de "Combate à Fome", realizada no último dia 11 de outubro, naquele município.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Se reconhece o trabalho do administrador público, pelo prestígio que tem no município que administra, onde no relacionamento coletivo que mantém com os segmentos da sociedade, o fazem credor de voto de confiança ou descrédito.

Guaratuba, na atualidade tem na pessoa de seu Prefeito José Ananias dos Santos, um homem voltado aos interesses comuns de sua população, merecendo de seus munícipes constantemente prestigiamentos.

No último dia 11 de outubro, tivemos em Guaratuba, a realização da Campanha de Combate à Fome, com a participação da Prefeitura Municipal, Rotary Club, APAE e APMI.

Os resultados foram positivos, com um sucesso total, onde mais de duas toneladas de alimentos foram arrecadados, nas portas dos supermercados daquela cidade, e que serão distribuídos às famílias carentes, através do setor competente do município.

Nessa ocasião, pudemos sentir perfeitamente o trabalho do Prefeito José Ananias dos Santos, e sua valorosa equipe, que foram importantes na conquista dos méritos alcançados pela campanha, e por essa razão solicitamos um voto de aplausos, ao Prefeito José Ananias dos Santos, e extensivo aos integrantes da Prefeitura que contribuíram para que milhares de pessoas possam no transcorrer dos dias receber alimentos e amenizar suas situações, e pedimos que o mesmo seja comunicado dessa decisão à Av. 29 de abril, 561 - CEP: 83280-000, e que cópias desse nosso requerimento sejam endereçadas ao Vereador Presidente José Valdemar Travassos, Câmara Municipal, Av. 29 de abril, 425 CEP: 83280-000, e a Presidente da Associação Comercial de Guaratuba, Sra. Luci Mara Tavares, à Av. Sete de Setembro, 50 - CEP: 83280-000.

#### REQUERIMENTO Nº 3944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos, ao Excelentíssimo Sr. Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, pelo sucesso da campanha "Festa da Vida", encerrada no último dia 09 de outubro, no Muni-

cípio de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A natureza oferece como uma das dádivas para a ampliação da vida, o verde, cujos resultados implantados nos centros urbanos de qualquer município, dão um ambiente mais complexo, e estimulam o plantio coletivo.

O Balneário de Guaratuba, viveu momentos históricos em sua vida, onde a grande maioria da população, entendeu perfeitamente o chamamento público realizado pelo Prefeito José Ananias dos Santos, durante a Campanha da Vida, realizada pelo Secretário de Estado da Ecologia e do Meio Ambiente.

Foi um trabalho profícuo, cujos resultados irão beneficiar as pessoas individual e coletivamente, e a própria cidade ficará no decorrer dos anos com árvores, deixando em todos os pontos frondosas sombras e melhorando o nível dos ambientes em termos ecológicos.

Guaratuba sentiu que, o governo estadual está preocupado em melhorar aquela praia, e a Campanha pela Vida foi um dos primeiros passos inteligentes, pois outros não de ser feitos.

No encerramento, mais de cinco mil pessoas estiveram presentes, demonstrando os resultados positivos dessas realizações, e por essa razão, solicitamos um voto de aplausos, ao Excelentíssimo doutor Eduardo Requião de Mello e Silva, digníssimo Secretário do Meio Ambiente, e extensivo a todos os que trabalharam pela magnífica iniciativa realizada naquele município do Litoral Paranaense, e pedimos que o mesmo seja comunicado dessa nossa decisão.

REQUERIMENTO Nº 3988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo "Dia do Médico" comemorado no dia de hoje, 18 de outubro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A medicina quando exercida em toda a sua plenitude, é um sacerdócio, e quando nessa imensidão do Brasil se dedicam a amenizar o sofrimento de seus semelhantes, alguns até sacrificando partes de suas vidas, outros por falta de um mercado amplo de trabalho na região que exercem suas atividades, mas todos com a grande responsabilidade de mostrar o que aprenderam em suas Faculdades.

Temos no Paraná, um colegiado enorme

Curitiba, segunda, em 18.10.93

de profissionais competentes, onde a pesquisa tem sido um dos trabalhos na área de saúde, que tem contribuído sensivelmente para a divulgação do nosso Estado.

O médico em si, é um ser humano, sujeito a todas as diretrizes do cotidiano.

No processo de desenvolvimento da ciência, tem sido grandiosa a participação dos médicos paranaense, nas diferentes especialidades, sendo o nosso Paraná, pioneiro em alguns métodos científicos de melhorar e prolongar a vida humana.

Sensíveis a essa classe, apresentamos um votos de congratulações pelo Dia do Médico, e solicitamos que sejam comunicados:

1 - Conselho Regional de Medicina no Paraná, Presidente Doutor Wadri Pupollo, à Rua Mal. Deodoro, 497, 3º andar - CEP: 80060-010 Nesta Capital.

2 - Serviço Médico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Chefe do Serviço Doutor Rogério Scheibe.

3 - A todos os Médicos que prestam serviços na Assembléia Legislativa.

4 - Associação Médica do Litoral, Doutor Mário Percegon, à Rua Nestor Victor, 228 - (Hospital Paranaquã) CEP: 83203-260 - Paranaquã.

REQUERIMENTO Nº 3975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações, pela passagem do "Dia do Estivador".

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentre os trabalhos existentes nos Portos Brasileiros, um dos mais tradicionais é do estivador, cuja reponsabilidade na desestivagem e estivagem de mercadorias, funciona para que, as embarcações tenham suas movimentações de mercadorias, com isso trazendo maiores riquezas à nação brasileira.

Alicerçados por legislação específica, que traduz a maneira técnica de suas ações, esses trabalhadores pertencentes à classe dos avulsos, tem contribuído nesses anos todos, para o melhor rendimento junto aos terminais da nação.

O realismo de suas experiências, é registrada em cada navio cujos resultados se traduzem nas lutas de classe em seus sindicatos, sempre por reivindicações salariais.

É com satisfação que registramos esse voto de congratulações, pela passagem do "Dia do Estivador", que solicitamos seja comunicado ao Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaquã, Izaias Vicente da Silva, à Rua Visconde de Nacar, 752

CEP: 83203-430 - Paranaguá, cumprimentando a todos os associados daquele Sindicato.

## REQUERIMENTO N° 3946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos, a todos os integrantes do Coral Asa Branca, de Paranaguá, pela magnífica apresentação feita na Ópera de Arame, no último dia 17 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

O magnetismo das músicas apresentadas, foram envolventes e contagiaram toda a platéia presente à Ópera de Arame, agradando as vozes bem entoadas dos componentes do Coral Asa Branca, as variadas idades. A contemplação do visual, aliado à perspicácia do trabalho realizado pelo artista plástico César Berlim, enchiam os olhos com as coisas de Paranaguá e do Litoral. Foram horas emocionantes, e a cada canção apresentada, o público vibrava, não só levado pela desenvoltura e postura da apresentadora a Professora Ivone Elias Marques, mas também dentro de um clima de euforismo, todo pessoal da maestrina Professora Regina Vernalha de Pinho, que transmitiu continuamente um astral positivo, elevado na concepção de quem faz o que gosta, pela cidade que ama. Dia 17 de outubro, está gravado na memória dos que foram à Ópera de Arame, que irão transmitir às futuras gerações, o espetáculo de primeira grandeza apresentado pelo Coral Asa Branca de Paranaguá.

De toda a microrregião do Litoral, e ainda da Capital do Estado, estiveram presentes figuras representativas do mundo cultural, e valorizando ainda mais a apresentação, também integrantes dos vários Corais que atuam em Curitiba foram prestigiar o acontecimento.

Diante dessa magnitude, apresentamos um Voto de Aplausos a todos os integrantes do Coral Asa Branca de Paranaguá, que solicitamos seja comunicado o fato a maestrina Professora Regina Vernalha de Pinho, na Rua Júlia da Costa, 181 CEP: 83203-060, Paranaguá, e que cópias desse nosso requerimento sejam enviadas para: Professora Ivone Elias Marques, na Rua Jorge Vasilask, 116 CEP: 83203-160 - Paranaguá, e ao Artista Plástico José César Berlim, na Rua Florência Viana, 100 CEP: 83203-180 - Paranaguá.

## REQUERIMENTO N° 3904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a liberação de veículos para o 9° Batalhão da Polícia Militar de Paranaguá, para atendimento às cidades do Litoral.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

Os seis municípios que integram a microrregião do litoral paranaense, têm nesses anos todos, um crescimento populacional significativo. Com isso foram formados novos núcleos habitacionais, distantes dos centros urbanos. Ainda, registra-se que também nas zonas rurais aumentou consideravelmente a formação de novas propriedades.

Tem sido de excelente qualidade, o trabalho realizado pelo 9° Batalhão Militar, para atendimento às cidades de Paranaguá, Morretes, Antonina, Matinhos, Guaratuba e Guaraqueçaba, onde a dedicação, aliado à força de vontade de servir à comunidade, tem sido a tônica de todos os milicianos nesse período.

Porém, a Segurança Pública, não pode viver de exemplos permanentes, pois é visível a necessidade da presença constante em todos os locais da Polícia Militar, porém a falta de veículos, com o passar dos dias, torna difícil para os milicianos realizarem em todos os municípios, um policiamento ostensivo e repreensivo, com isso algumas áreas, especialmente no Município de Guaraqueçaba reclamam desses serviços, pelas distâncias que existem em cada localidade, sendo impossível realizar ao mesmo tempo o atendimento a várias ocorrências, se não houver no mínimo duas viaturas - fato que não ocorre.

O Governador Roberto Requião, na "Mídia", tem acentuado: "Que aqui o Brasil deu certo", relatando-se ainda que, o Governo estadual tem recursos orçamentários disponíveis para tais iniciativas. Portanto a questão, resume-se, nos entendimentos administrativos que devem ser mantidos entre os responsáveis na Secretaria de Segurança Pública.

Pela situação apresentada, onde outros dados, podem ser coletados pela própria organização militar, e por isso solicitamos que sejam endereçados expedientes ao Excelentíssimo Sr. Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando veículos para o 9° Batalhão da Polícia Militar, para atendimentos às cidades do Litoral Paranaense.

REQUERIMENTO N° 3936

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Presidente da República, Itamar Franco, aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, solicitando que seja liberada a verba prevista no orçamento, a ser destinada para o Município de Ponta Grossa.

A verba será aplicada em projetos para atender necessidades prioritárias, como infra-estrutura viária urbana, saneamento básico e programas voltados ao produtor rural.

Entre as obras que estão previstas, destacam-se a construção do viaduto na Rua Bento Ribeiro, sobre os trilhos da RFFSA, na Palmeirinha e adequação de estradas vicinais, o aterro sanitário previsto na área conhecida como "lixão", a duplicação da Av. Carlos Cavalcanti e os centros de apoio à Comercialização de Produtos Rurais.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3927

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando a instalação de SIATES, na região dos Campos Gerais, nas Rodovias abaixo relacionadas:

Ponta Grossa/Londrina

Ponta Grossa/Foz do Iguaçu

Ponta Grossa/São Paulo

Ponta Grossa/Paranaguá

O SIATE, vem fazendo na Capital do Estado, um trabalho de qualidade e rapidez, com isso conseguindo salvar muitas vidas.

Devido à eficácia do SIATE, é que surge o interesse de implantar esse serviço na região dos Campos Gerais, nas Rodovias de grande movimento, com um índice numeroso de acidentes que deixam muitas vítimas ao passar dos anos.

Dentro de uma cidade como Curitiba, o SIATE consegue chegar ao local do acidente em menos de 5 minutos; em uma Rodovia conseguiria realizar esse serviço com a mesma eficácia.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3905

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Compa-

Curitiba, segunda, em 18.10.93

nhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de instalar rede de água e esgoto na Rua João Ribeiro, proximidades do n° 230, localizada em São José dos Pinhais - Jardim Martinópolis, perto do Posto Paris.

O pedido foi feito pelos moradores da referida rua, os quais alegam que no local há aproximadamente 3.000 casas e não dispõem de água encanada e rede de esgoto.

Pedem urgência no atendimento, uma vez que inúmeras pessoas vivem nesse bairro e estão sofrendo pela falta desse serviço público tão necessário a todos.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3906

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de instalar rede de esgoto na Rua Domingos Gabardo, nas proximidades do n° 440, localizado no bairro do Capão Raso.

O pedido está sendo feito por moradora dessa rua, a qual afirma que somente nessa quadra não há tal serviço público.

Solicita que seu pedido seja atendido, uma vez que várias pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3907

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de instruir o órgão competente quanto a uma melhor segurança a iluminação na Estrada do Cerne.

O pedido foi feito por uma moradora das proximidades, a qual alega que a iluminação nessa estrada é muito precária, muitos assaltos com mortes e matança de animais domésticos estão ocorrendo no local.

Pede que providências sejam tomadas, pois essa estrada tornou-se muito perigosa e todos que a utilizam, estão correndo risco de vida.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3908

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento nas proximidades do Reformatório da FASPAR, no bairro do Campo Comprido.

A solicitação está sendo feita pelos moradores que residem próximos ao reformatório, os quais alegam que os internos estão em regime aberto e muitos roubos vêm ocorrendo na região.

Estão pedindo mais segurança, sendo que toda a população está muito apreensiva e sujeita aos constantes assaltos.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3909

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus Jardim Independência, quanto à colocação de uma cobertura no ponto desse ônibus, localizado no final da rua das Rosas.

A solicitação foi feita pelo motivo dos usuários ficarem à ação de chuva e sol, e com as constantes chuvas, todos estão sofrendo muito.

Com o atendimento da presente solicitação, muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3902

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando pessoal, viaturas, e demais meios necessários, para que o IML de Ponta Grossa possa desenvolver seu trabalho com mais eficiência.

A viatura oficial da Seção do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, há cinco meses envolveu-se em um acidente de trânsito, e encontra-se inutilizada na garagem do prédio. O recolhimento de cadáveres está sendo feito por uma ambulância de Londrina, que se encontrava encostada em Curitiba.

As providências solicitadas, são de interesse geral dos ponta-grossenses e munícipes vizinhos, que têm no IML de Ponta Grossa, o único local da região que presta tais serviços.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 3900

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a possibilidade de ampliação do Posto Telefônico de São Bento (Amparo), no Município de Tibagi.

A localidade de São Bento (Amparo), não encontra no atual Posto Telefônico, a disponibilidade de ter linhas, bem como o posto é ultrapassado e precisa sofrer ampliações, para que possa atender de forma satisfatória os habitantes daquela localidade.

São Bento (Amparo), fica aproximadamente a 45 Km de Tibagi, sendo este um dos fatores que leva a esta reivindicação, porque no caso de uma doença, um acidente, um outro problema grave, o socorro pode ser solicitado sem dificuldades através do Posto Telefônico.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 3951

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER se faça o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Empresário Abrão José Melhem, presidente do Conselho Regional do SENAC e da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, relativamente ao ato de inauguração, dia 1º de outubro passado, das novas instalações da Unidade Gráfica do SENAC.

Em louvável iniciativa, aquela instituição construiu sua unidade gráfica em sede própria, em imóvel de sua propriedade, até então desocupado e invadido, deixando de pagar aluguel. Trata-se de uma unidade operacional destinada única e exclusivamente a demanda do próprio SENAC.

Dai trata-se de ato que merece o aplauso desta Casa e o registro nos anais dos trabalhos, com especial ênfase ao dinamismo e visão formidável de gerenciamento do Presidente Abrão José Melhem, a quem se deve comunicar este registro!

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3949

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que



seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de que se atenda o pedido feito pelos moradores da Rua 10, proximidades do nº 73 - Vila Mariana, no bairro Guarituba, no Município de Piraquara, os quais solicitam que sejam executados reparos na referida rua.

Com as fortes chuvas que se registraram recentemente, danificaram a via, deixando-a intransitável, causando sérios transtornos a toda população.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3952

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Frei Santa Rita Durão, proximidades do nº 23, localizada no bairro Guarani, no Município de Colombo, os quais solicitam que sejam executados reparos do manilhamento no local.

Ocorre que há uma manilha virada, prejudicando o escoamento normal da água, alagando terrenos e casas das proximidades.

Pedem que o problema seja resolvido, pois sérios transtornos estão sendo causados aos moradores da citada rua.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3953

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone público em frente à Mercearia Rimauri, localizada à Rua Manoel Ribas, nº 179, na Vila Torres, no Município de Araucária.

O pedido foi feito pelos moradores da redondeza, uma vez que não dispõe de um outro aparelho nas proximidades.

Solicitam que o seu pedido seja atendido, sendo que inúmeras pessoas da comunicação serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3954

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná -

SANEPAR, no sentido de executar serviços de limpeza e reparos na rede de esgotos da Rua Saldanha Marinho, próximo à Rua João Kaviski e há uma quadra após à Rua Gerônimo Durski, no bairro do Campina do Siqueira. O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Saldanha Marinho, alegando que a rede de esgotos está entupida e as manilhas quebradas, fato este que está gerando inúmeros problemas como: mal cheiro insuportável, entupimento das manilhas como elas estão quebradas, os ratos entram nas mesmas, e vêm se procriando assustadoramente.

Pedem urgência no atendimento do presente pedido, pois todos os moradores do local estão sofrendo com o problema.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Piên, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, dia 01/11.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Ney José Ciupka, ao Vice-Prefeito, Manoel Valdir Taborda, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Piên.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta oportunidade, homenagear através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de Piên, que comemora com muito orgulho, no próximo dia 1º de novembro mais um aniversário de sua emancipação política.

A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo conquistou com muito trabalho e dedicação, converte-se efetivamente numa realidade.

Com este voto homenageamos também seus administradores de todos os tempos que não mediram esforços em prol da grandeza e progresso do Município de Piên.

O aniversário de Piên diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e ela devotamos o melhor de nossas energias.

Prestamos, nesta significativa data, nossa sincera homenagem à população de Piên, que vencendo todos os obstáculos continuam dando sua parcela de contribuição para o crescente progresso do seu município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a comunidade de Piên pela bravura com que enfrentam as dificuldades que são inúmeras, mas com trabalho e perseverança serão recompensados.

## REQUERIMENTO N° 3999

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a consignação em ata de voto de congratulações ao Senhor Vitor Giacobbo, de Marechal Cândido Rondon, pela recente eleição como presidente da Câmara Júnior do Brasil.

Solicita que da consignação seja dado ciência ao congratulado, no endereço seguinte: Rua Sete de Setembro, n° 1173, CEP 85.960-000 Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ÉLIO RUSCH

## REQUERIMENTO N° 3919

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN, sugerindo a impressão nas carteiras de habilitação da faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados.

Que do teor do presente dê-se ciência às Unidades de Transplantes dos Hospitais Cajuru, Evangélico, de Clínicas e Santa Casa, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou Projeto de Lei n° 477/91, objetivando instituir a faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados e disciplinando a adoção de medidas de ordem técnica, legal e burocrática para a realização de tais doações.

Quando da discussão da matéria, nesta Casa, alertamos para os inconvenientes de se aprovar uma lei estadual, às vésperas da discussão no Congresso Nacional, de legislação federal sobre doação e transplante de órgãos. Entretanto, resultado de discussão com equipes médicas do nosso Estado que realizam transplantes, apresentamos um substitutivo que acabou dando a redação final do referido projeto, acrescentando-lhe alterações imprescindíveis para que a medida efetivamente atendesse aos seus propósitos.

O Projeto foi - corretamente - vetado pelo senhor Governador do Estado sob a argumentação de que a medida já é discipli-

nada por Legislação Federal.

No entanto, as medidas propostas não deixarão de merecer a nossa luta, porque constituem importantes passos para o aumento do número de doações de órgãos e conseqüente realização de transplantes para restabelecimento de funções vitais.

O presente requerimento pretende concretizar objetivamente esse compromisso, sugerindo ao Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN, que institua a impressão nas carteiras de habilitação dispositivo que faculte a doação de órgãos, na forma proposta pelo Projeto de Lei n° 477/91, que segue apenso.

## REQUERIMENTO N° 3920

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando estudos visando incluir na Lei Federal n° 7.116 a possibilidade de imprimir na Cédula de Identidade a faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados.

Que do teor do presente dê-se ciência às Unidades de Transplantes dos Hospitais Cajuru, Evangélico, de Clínicas e Santa Casa, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou Projeto de Lei n° 477/91, objetivando instituir a faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados e disciplinando a adoção de medidas de ordem técnica, legal e burocrática para a realização de tais doações.

Quando da discussão da matéria, nesta Casa, alertamos para os inconvenientes de se aprovar uma lei estadual, às vésperas da discussão no Congresso Nacional, de legislação federal sobre doação e transplante de órgãos. Entretanto, resultado de discussão com equipes médicas do nosso Estado que realizam transplantes, apresentamos um substitutivo que acabou dando a redação final do referido projeto, acrescentando-lhe alterações imprescindíveis para que a medida efetivamente atendesse aos seus propósitos.

O projeto foi - corretamente - vetado pelo Senhor Governador do Estado sob a argumentação de que a medida já é disciplinada por legislação federal.

No entanto, as medidas propostas não deixarão de merecer a nossa luta, porque constituem importantes passos para o aumento do número de doações de órgãos e conseqüente realização de transplantes para restabelecimento de funções vitais.

O presente requerimento pretende concretizar objetivamente esse compromisso, sugerindo ao Senhor Presidente da República que determine estudos visando incluir na Lei Federal nº 7116, de 29 de agosto de 1983 (assegura validade nacional às Cartelas de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências) elemento possibilitando a doação de órgãos passíveis de serem transplantados, na forma proposta pelo Projeto de Lei nº 477/91, que segue apenso.

REQUERIMENTO Nº 3921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação, com urgência, de um Sistema Integrado de atendimento à Emergência - SIATE, no Município de Ponta Grossa.

O referido Município, um dos maiores do Estado, tem necessidade de receber este tipo de atendimento para a população.

Deve-se considerar, principalmente, o alto índice de acidentes de trânsito, quando, por falta de uma melhor estrutura para o atendimento emergencial no local do sinistro, e, tendo em vista a grande demanda existente, ocorrem grandes prejuízos para a população da cidade.

O Pronto Socorro Municipal presta um excelente serviço de pronto atendimento à população local e a integração com o sistema do SIATE, que conta com uma grande mobilidade e capacitação para prestar primeiros socorros, o índice positivo de atendimentos emergenciais só tenderia a subir.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a construção e implantação de Escola Profissionalizante, e destinação de equipamentos para o Centro Comunitário da sede do Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O problema do menor carente, que nas ruas busca melhores condições de vida, já não é privilégio das grandes cidades.

Juranda, Município com 12 mil habitantes, vive esta preocupante realidade.

A criação e implantação de uma Escola

Profissionalizante para menores trará perspectivas de uma nova vida e de um futuro mais promissor, além de contribuir consideravelmente para o desenvolvimento social e minimização dos problemas da delinquência juvenil.

REQUERIMENTO Nº 3984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, a consagração em ata de Votos de Congratulações ao jovem Everton Clarisso de Fontes, por sua ascensão a Mestre Conselheiro do Capítulo de Campo Mourão da Ordem de Molay.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a consagração em ata, de votos de congratulações à nova diretoria da AMICROCAM - Associação de Microempresas de Campo Mourão, recém-eleita.

Outrossim, requer que, da decisão, seja cientificada a nova diretoria na pessoa do seu presidente, senhor Amauri Casarin, à Avenida Capitão Índio Bandeira, 1115, 8º andar, Campo Mourão, CEP 87300-000.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, consagração em ata de Votos de Congratulações à Mesa Diretora do Country Club de Campo Mourão, eleita no dia 26 próximo passado.

Requer ainda, que da decisão, seja cientificada a nova diretoria, através do seu presidente, senhor Juacir Piacentini, à Rua São Paulo, s/nº, Campo Mourão, CEP 87300-000.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a construção de uma Escola Profissionalizante no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

A retração do comércio, o pequeno número de indústrias e a falta de mão-de-obra qualificada vêm contribuindo para o êxodo da população de Moreira Sales. Sem muitas alternativas, a população decide aventurar-se nas cidades grandes, e fatalmente viverá de sub-empregos ou até mesmo, de mendicância.

A implantação de uma Escola Profissionalizante será um fator decisivo para que as indústrias locais aproveitem a mão-de-obra excedente, trará novo ânimo ao comércio e formará, sem dúvida, profissionais liberais com formação técnica.

Desta forma, esperamos que o presente pleito encontre guarida e deliberação favorável por parte dessa Secretaria de Estado.

## REQUERIMENTO Nº 3965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando as providências que especifica, para o Município de Quinta do Sol: reforma do Posto de Saúde Municipal; Construção e implantação de laboratório completo; remessa regular de medicamentos básicos.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Quinta do Sol tem prestado toda a assistência possível à Saúde, com a destinação de medicamentos e transporte de doentes para centros maiores, como Maringá, Campo Mourão, Jandaia do Sul, Londrina, Curitiba. O índice de mortalidade infantil é muito baixo, pois o atendimento às gestantes e recém-nascidos é perfeito. O município não conta com laboratório de análises clínicas, porém, a prefeitura contratou uma profissional bioquímica, que dispõe dos recursos para análise, de forma que os exames de biópsia e preventivos, ainda é coletado o material e encaminhado a Londrina, onde existem equipamentos mais modernos. Assim sendo, encarecemos dessa Secretaria, sejam envidados esforços para atendimento ao pleito, e para que Quinta do Sol possa continuar prestando atendimento médico e laboratorial comparável aos grandes centros urbanos.

## REQUERIMENTO Nº 3966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, solicitando os benefícios adiante especificados para o Município de Araruna: implan-

tação de programa de prevenção de cáries nas escolas do município; equipamento odontológico para atendimento de adultos para o mini-posto odontológico; gabinete odontológico móvel para atendimento da população da periferia.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

No Município de Araruna não existem programas de prevenção de cárie e fluoretação nas escolas. Tal fato se constitui em grande lacuna, pois os alunos de 1.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> séries, em função da própria condição social, não têm acesso a programas desse porte.

Considerando-se que a escola é para muitos, o local de aprendizado, alimentação e lazer, nada mais justo que a saúde dentária comece pela própria escola.

A população adulta não dispõe de serviço odontológico gratuito, nem tampouco dispõe de recursos para arcar com os altos custos dos serviços de profissionais autônomos. O município, por sua vez, esbarra na inexistência de verbas para adquirir os equipamentos odontológicos, de elevado custo e tecnologia avançada.

Os municípes de distrito e zonas rurais ressentem-se da falta de um odontomóvel, pois as grandes distâncias que os separam dos recursos existentes na sede do município são obstáculos muitas vezes intransponíveis.

Pelo exposto, encarecemos dessa Secretaria de Estado, as providências que possam minimizar tais deficiências, pois entendemos que a presença da Secretaria de Saúde, através de programa próprio, poderá arcar com estes encargos.

## REQUERIMENTO Nº 3967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Cultura, solicitando a construção da Casa da Cultura no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Moreira Sales não pode mais prescindir de um espaço próprio para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais.

As artes, em todas as suas manifestações, desempenham papel preponderante na história e na formação cultural de um povo.

Por outro lado, a presente reivindicação, caso atendida, fomentará o surgimento de grandes talentos nos diversos campos das artes, concorrendo indubitavelmente

para o desenvolvimento cultural de sua gente, objeto maior do presente pleito.

REQUERIMENTO N° 3968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando construção e instalação de módulos policiais na Vila Belém, São José e São Luiz; viatura de polícia para a delegacia da sede do Município de Moreira Sales, e ainda, recuperação das viaturas atualmente em uso, e aquisição de colchões e roupas de cama para a delegacia.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O módulo policial é o primeiro recurso com que conta um cidadão em situações que requeiram a intervenção da polícia.

A experiência mostra que a presença de policiais em módulos tem a propriedade de constranger a prática de atos contra a segurança pública, concorrendo portanto, para a diminuição dos índices de criminalidade, quer nas grandes, quer nas pequenas cidades.

O Município de Moreira Sales, como qualquer outro município, aspira por medidas que venham atender suas justas reivindicações no setor de Segurança Pública, eis porque, ratificamos a solicitação de providências acima especificadas.

REQUERIMENTO N° 3970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a cobertura para a quadra poliesportiva municipal, e mais, alambrados, vestiários, traves, banheiros, arquibancadas e redes para o Estádio Municipal de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O desporto de Quinta do Sol já apresentou atuações brilhantes no cenário paranaense. Sua geração de jovens conquistou brilhantemente, dois títulos para o município, em campeonatos amadores. Entretanto, o município foi excluído da disputa da Taça Paraná, em virtude da falta de estrutura e das precárias condições do seu Estádio Municipal.

A indisponibilidade de recursos orçamentários por parte do Executivo Municipal contribui para que, pouco a pouco, a prática de esportes seja cada vez mais rara.

Nesse sentido, é que rogamos dessa Secretaria, as medidas que possam restabelecer as condições para que a população,

motivada, retome o gosto pelo esporte como prática salutar e indispensável para o perfeito equilíbrio físico e emocional.

REQUERIMENTO N° 3971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Cultura, solicitando a construção de um anfiteatro no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A construção de um local apropriado para o desenvolvimento e realização de eventos artísticos é fator preponderante para despertar e incentivar o apreço pelas artes cênicas, plásticas, musicais, enfim, em todas as suas manifestações.

Se verdade é que o desenvolvimento de um povo se mede pela sua cultura, é mister que os governantes, através de suas secretarias, invistam maciçamente para que muito em breve, o Brasil possa deixar de ser o maior país subdesenvolvido do mundo.

Neste sentido, é que rogamos dessa Secretaria de Estado, as providências que permitam a construção do anfiteatro no Município de Moreira Sales.

REQUERIMENTO N° 3972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor João Carlos Cascaes, Diretor-Presidente da COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando a instalação de uma agência no Município de Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rancho Alegre do Oeste, recém-criado, vem envidando esforços conjugados do Poder Executivo municipal e municipais, para o seu fortalecimento como cidade autônoma.

Sua população laboriosa vem empreendendo trabalho e investimentos para alcançar a prosperidade e o respeito devido a todos os municípios que formam o nosso Estado.

Nesse afã, é justa a reivindicação de que lá, seja instalada uma agência da COPEL, para que os usuários tenham o necessário atendimento sem precisar deslocar-se para outros centros.

Desta forma, ratificamos a solicitação, para a qual esperamos deliberação favorável.

## REQUERIMENTO N° 3973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando a construção de um ginásio de esportes e quadra esportiva na sede do Município de Luisiana, e ainda, construção de uma quadra esportiva nas localidades de Trevo e São Domingos, e cobertura na quadra de Campina do Amaral.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Luisiana não dispõe dos recursos financeiros necessários para a realização de tais obras; entretanto, considera a prática desportiva como fator preponderante para a formação de uma geração sadia, e não mede esforços para proporcionar o melhor para a sua população.

Desta forma, esperamos que essa Secretaria dê a sua parcela indispensável de contribuição para que Luisiana tenha a sua justa pretensão atendida.

## REQUERIMENTO N° 3977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a implantação de Abastecedouros Comunitários no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

A implantação de Abastecedouros Comunitários é hoje, imprescindível para que se garanta a viabilização de programas agrícolas que mobilizem a população agrícola no sentido de preservar o meio ambiente. Em Araruna, o benefício de Abastecedouros Municipais ainda não chegou, o que coloca o município em permanente risco que abasteçam a população para despejar resíduos tóxicos e altamente poluentes.

Com abastecedouros gerenciados pela comunidade, será viável incentivar a população para preservar o seu bem maior, o meio ambiental.

Assim, esperamos que essa Secretaria de Estado venha a deliberar favoravelmente ao pleito.

## REQUERIMENTO N° 3978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário

de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a execução de trabalhos de curva de nível e micro bacias no município de Iretama.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

O enfraquecimento do solo acarreta a baixa produtividade, que por sua vez, inviabiliza ao agricultor os investimentos na correção e recuperação do solo. Os baixos custos praticados na comercialização da safra, muitas vezes, são insuficientes para cobrir os custos de plantio. Todos esses fatores contribuem para o desestímulo do agricultor em permanecer no campo.

Considerando que a economia do nosso Estado fundamenta-se basicamente na agricultura, apelamos para essa Secretaria, esperando que os benefícios solicitados sejam estendidos aos proprietários rurais de Iretama, e consequentemente, estimulando essa importante categoria que tanto contribui para o progresso do Estado e do País.

## REQUERIMENTO N° 3979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a viabilização de medidas que assegurem a eficiência no setor de Segurança Pública do Município de Quinta do Sol, tais sejam: viatura para a polícia militar; munições e armamentos para os policiais; construção de muro ao redor da Delegacia; curso de orientação para policiais militares e construção de uma casa anexa à Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

O esfacelamento crescente das células sociais manifesta-se pelo recrudescimento dos índices de criminalidade, que refletem a mais dura realidade econômica do País.

A situação de insegurança pública no município de Quinta do Sol é preocupante. As viaturas que servem a Delegacia são insuficientes (apenas duas), e são mantidos pelo Executivo Municipal, que necessita fazer constantes remanejamentos orçamentários para tanto. O prédio da delegacia é comumente invadido à noite, onde marginais recuperam veículos e objetos lá apreendidos. Apenas uma escopeta constitui o "arsenal" para nove policiais e um delegado.

Pelo exposto, encarecemos dessa Secretaria de Estado, as providências necessárias para atendimento ao solicitado.

## REQUERIMENTO N° 3980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando providências que restabeleçam o abastecimento com medicamentos para os postos e centros de saúde do Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os postos e centros de saúde do Município de Araruna encontram-se absolutamente esvaziados nas cotas de medicamentos.

Considerando-se que a clientela dessas unidades constituem-se da população mais carente, e que contam apenas com os serviços públicos gratuitos, não é justo que fiquem desassistidas quando necessitam de remédios.

A saúde do povo é a suprema lei, diz um velho adágio.

Desta forma, encarecemos de Vossa Excelência, todas as medidas necessárias para que o Município de Araruna possa atender condignamente a todos os que necessitam de atendimento médico.

REQUERIMENTO Nº 3981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando os benefícios adiante especificados, para o Município de Moreira Salles: construção de canchas esportivas nos distritos de Paraná do Oeste, Vila Gianello, Vila São José, Vila São Luiz; construção de vestiários nos estádios de Paraná do Oeste e Vila Gianello; construção de canchas de areia em todos os estabelecimentos de ensino do município.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A exiguidade de recursos financeiros municipais, a falta de opções de lazer e a necessidade de locais adequados à prática de esportes, por si só justifica o contido no presente pleito. Assim, esperamos que essa Secretaria possa contribuir e envidar esforços necessários para o atendimento dessa antiga aspiração da população do município de Moreira Salles.

REQUERIMENTO Nº 3982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para reforma das viaturas policiais do Município de Luisiana.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

É caótica a situação em que se encontra o setor de Segurança Pública no Município de Luisiana. Para atender a todas as ocorrências, existem três viaturas. Destas, uma está "encostada" por absoluta falta de condições, e as duas restantes, servem a seis elementos que fazem o policiamento diurno.

Pela total falta de estrutura, o policiamento noturno não existe, o que deixa a população em permanente estado de vigília, pois os vândalos e malfetores não encontram obstáculos para praticar ações criminosas.

Por estes motivos, esperamos receber dessa Secretaria de Estado, as providências cabíveis para atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 3983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente à FUNDEPAR, solicitando a recuperação do muro do Colégio Dom Bosco, município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Dom Bosco, situado no Jardim Lar Paraná, Município de Campo Mourão, tem aproximadamente dois mil alunos regularmente matriculados no 1º e 2º graus.

A segurança dos alunos e do próprio estabelecimento encontra-se comprometida, em função das condições do muro que cerca aquela instituição de ensino.

Os riscos de desabamento podem acarretar danos físicos a estudantes e funcionários, além do que, facilita a ação de delinquentes que não encontram maiores obstáculos para invadir o colégio durante a noite e nos finais de semana.

Pelo exposto, esperamos que essa Fundação possa sanar este problema e determinar a reconstrução acima especificada.

REQUERIMENTO Nº 3986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de alojamento para o destacamento da Polícia Civil e material de expediente para o Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A exemplo de outros municípios de pe-



queno e médio portes, Peabiru necessita com urgência de uma revisão nas condições precárias que sustentam o setor de segurança pública.

O desempenho das atribuições da polícia civil encontra grandes obstáculos, como a falta de equipamentos, e de um alojamento para os policiais, o qual, se construído em local estratégico, coibirá a ação de vândalos e perturbadores da ordem pública.

A população de Peabiru há muito clama por providências que lhe assegure a paz e a ordem, que se constituem em direito inalienável de todo o cidadão brasileiro.

## REQUERIMENTO N° 3991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado, solicitando que em seus projetos de apoio aos municípios paranaenses, haja por bem doar à Prefeitura Municipal de Arapongas, quatro (04) caminhões compactadores de lixo urbano, a exemplo do ocorrido com as doações feitas às Prefeituras Municipais de Maringá, Guaratuba e outras.

É que o Município de Arapongas, contando com uma força de trabalho composta de 300 (trezentas) indústrias em funcionamento e uma população estimada em mais de 70.000 habitantes, ressentido de um apoio nessa área de trato municipal, vez que sendo pólo industrial privilegiado a lhe dar sustentação, bem como gerando renda ao Estado, merece por isso apoio do Governo Central do Estado.

Este apelo traduz por certo o desejo de toda sociedade araponguense.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 3992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Exmo. Sr. Dr. Elias Abrahão, DD. Secretário da Educação, solicitando haja por bem S. Excelência, instalar um Núcleo de ensino na Sede do Município de Arapongas.

Antevendo sua Excelência, o Senhor Secretário, a impossibilidade de tal benefício educacional, que mantenha em funcionamento o escritório de extensão do núcleo de Apucarana, existente no Município de Arapongas.

É que este município já carece de um Núcleo de Ensino dessa importância em sua Sede.

Além disso, e é voz corrente, o próprio escritório de extensão do núcleo seria extinto, o que se nos parece um absur-

do, vez que o melhor funcionamento do ensino no município, além de depender de seu aprimoramento, estaria a exigir, de longa data, para isso, a instalação desse mesmo núcleo que é o que solicito em forma de apelo.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 3997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da FUNDEPAR e ao Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de seis salas de aula, ampliando o espaço físico, e a implantação do Ensino de 2° Grau na Escola Municipal John Kennedy-Ensino de 1° Grau no Distrito de Guaravera, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

A solicitação da construção de mais seis salas de aula prende-se ao fato do crescente número de jovens em idade escolar. A implantação do 2° Grau se faz necessária em face de que mais de 150 alunos terem concluído o 1° Grau, alguns deles obrigam-se a deslocar-se até locais distantes, muitos ficam sem estudar, pela falta de espaço físico e pela inexistência do 2° Grau.

## REQUERIMENTO N° 4001

Senhor Presidente.

Face ao que prevê o artigo 10 e parágrafo único das Disposições Transitórias de que "o Estado, no prazo máximo de dois anos a partir da data da promulgação desta Constituição, adotará as medidas administrativas necessárias a identificação e delimitação de seus imóveis, inclusive terras devolutas. Parágrafo Único - Do processo de identificação participará Comissão Técnica da Assembléia Legislativa", o Deputado que o presente subscreve, o uso de suas atribuições regimentais e Constitucionais (art. 55 "caput" e parágrafo único), REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente solicitando saber se tais procedimentos foram tomados e, em caso de ter sido realizada a referida identificação e delimitação, solicitamos cópia do relatório conclusivo.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

## REQUERIMENTO N° 3916

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná a Carta de Jacarezinho, da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, a propósito da Revisão Constitucional.

Que do teor do presente dê-se ciência à FAMOPAR, aos Senhores Senadores da República e Deputados Federais pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A realização de uma revisão na Constituição de 1988, que envolve grande polêmica em nosso país, continue suscitando manifestações de contrariedade por parte de entidades da sociedade civil organizada.

Uma dessas manifestações resulta de encontro das Associações de Moradores do Estado do Paraná e está expressa na Carta de Jacarezinho, aprovada no último dia 26 de setembro, que segue anexa ao presente requerimento.

Reputo como da maior importância que nossos representantes no Congresso Nacional tomem conhecimento de mais essa manifestação contrária a uma revisão que, seguindo o interesse das elites dominantes do país, venha a abolir importantes conquistas da sociedade, expressas na Constituição de 1988.

REQUERIMENTO Nº 3974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do artigo: "Tirar a vida não é crime?" de autoria de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, publicado na "Gazeta do Povo" no dia 17 do corrente.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do Jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos visto públicas declarações e insidiosos movimentos no sentido de senão legalizar, pelo menos descriminalizar a prática do aborto. Esses movimentos preocupam, e muito. A família brasileira não aceita a legalização do crime e muito especialmente em tais circunstâncias, porque se trata do mais grave atentado contra a vida indefesa. A família brasileira, pela sua formação religiosa, pelo seu mais profundo e imutável amor ao próximo, preceito

maior e mais sagrado de todo o ser humano, repudia com veemência a legalização do aborto. E nós, pelos mesmos motivos também não aceitamos e repudiamos tal possibilidade de ver legalizado o crime contra um ser que não tem a menor chance de defesa e que nenhum delito praticou, nem sequer pediu para ser concebido.

Ressalvadas as situações previstas no Código Penal em que o aborto pode ser aceito, qualquer outra forma é crime, continua sendo objeto de punição e assim deve ser mantido. É o nosso pensamento, é o pensamento da família brasileira, é o pensamento de todos os que lutam pelo direito e pela dignidade do ser humano.

O que nos preocupa é que movimentos muito urdidos visam até confundir a opinião pública para chegar ao intento, injustificável intento sob todos os pontos de vista. O mais grave e preocupante é que diabólicos argumentos são apresentados para justificar a legalização do aborto, como se houvesse meio de se legitimar tão hediondo crime. Esses argumentos são conhecidos e devem ser incansavelmente combatidos. É condenável que se pretenda justificar a prática liberalizada do aborto com a existência de pobreza, com a mortalidade infantil, com a marginalidade. Execráveis serão os homens que aceitam eliminar uma vida nascente para evitar o trabalho de ter que velar por ela. Não será legalizando o aborto que iremos acabar com a pobreza, com as doenças, com as epidemias, com os males orgânicos e sociais que grassam na população brasileira em especial na infantil.

O que preocupa, e é lamentável, é que pessoas e grupos que se arvoram como defensores dos direitos humanos sejam os mesmos que insidiosamente tramam e lutam para ver o aborto legalizado. Os que pregam a liberdade sobre o corpo, negam o direito e a liberdade à vida. Os defensores desse tipo de crime distorcem dados e informações para buscar o intento a que se propõem. É inaceitável semelhante posicionamento, assim como deve ser repudiado o argumento de que hoje, de qualquer forma, se praticam dez mil abortos por dia em todo o país sob as mais precárias condições, levando a morte milhares de mulheres. O que precisamos, então, é buscar o controle e a punição do crime, não apenas tornar o crime legalizado. Seria a mesma coisa que tornar legal o estupro, o seqüestro, o assassinato, o roubo e outros delitos apenas com a desculpa de que de qualquer forma estão acontecendo. Mentalidades que assim pensam devem ser vigorosamente combatidas.

Com estes argumentos é que tomamos a liberdade em requerer a transcrição nos Anais da Casa do artigo bem fundamentado de Dom Pedro Fedalto.

PROJETO DE LEI N° 600/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual, o "Lar Santo Antônio de Cambé" com sede e foro a Av Brasil n° 1432 - Av. Brasil na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 15 de dezembro de 1958, o Lar Santo Antônio de Cambé, é uma sociedade civil beneficente de assistência de menor, sem fins lucrativos, tem por finalidade principal atender, assistir e promover o menor carente, orientando-os segundo os princípios cristãos com o fim de prepará-los para integrarem a sociedade. Dentro do que estabelece a Lei n° 6.994/78, o Lar Santo Antônio de Cambé, atende todos os requisitos e normas para a obtenção do Título de Utilidade Pública. O Lar Santo Antônio, atende a uma clientela de 120 pessoas de zero a dezoito anos de ambos os sexos, com creche e internato, sem distinção de credo, cor ou raça, conforme atesta o seu relatório anexo.

PROJETO DE LEI N° 601/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Passa-se a ser obrigatório o exame auditivo aos alunos de 1ª a 4ª série, da rede de ensino público estadual no transcurso do ano letivo.

§ 1° - O exame será efetuado em local a ser determinado pela Secretaria de Estado da Educação e/ou Secretaria de Estado da Saúde, que colocará gratuitamente o profissional médico otorinolaringologista e a aparelhagem necessária.

§ 2° - Fica a critério da direção da escola pública o encaminhamento, podendo o aluno submeter-se ao exame onde melhor lhe convier.

§ 3° - No final do ano letivo, deverá obrigatoriamente ser entregue o devido exame auditivo à direção do estabelecimento de ensino.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

Devido a problemas auditivos, grande parte de nossas crianças encontram dificuldades no início da alfabetização o que vem fazendo com que se afastem da escola, perdendo o interesse em prosseguir os estudos. Sem informações, muitos pais não sabem dos problemas de seus filhos, e quando sabem não tomam as devidas providências devido à falta de condições financeiras.

Certos problemas de surdez são curados com simples tratamento, mas com passar dos tempos agrava-se, o que torna necessário a colocação de aparelhos que encontram-se fora do alcance dos mais carentes pelo seu elevado custo. Campanhas já estão sendo feitas nos meios de comunicações, alertando pais e professores para este problema que vem se agravando gradativamente.

Com a obrigatoriedade do exame auditivo, nossas crianças permanecerão mais tempo nas escolas o que fará com que muitas delas se afastem das ruas, da delinquência, da marginalidade.

Criança na escola é necessário para um futuro mais produtivo.

PROJETO DE LEI N° 602/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Movimento de Defesa dos Favelados, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica que nosso país tem enfrentado criou milhões de miseráveis, pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. O êxodo rural agudizou este problema, ao deslocar para as grandes e médias cidades um contingente populacional incapaz de ser absorvido pelo mercado de trabalho. Neste cenário, é inevitável o surgimento de favelas.

Em Curitiba foi criado um Movimento de Defesa dos Favelados, que tem desenvolvido inúmeras atividades para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos favelados. Neste sentido, consideramos justo e oportuno declarar de Utilidade Pública tal Movimento, que luta por direitos já assegurados, inclusive, pela Constituição Federal, como o direito à moradia e à uma vida digna.

PROJETO DE LEI N° 603/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Geocondo Waldemar Bobato, o trecho da PR que liga Imbituva a Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Geocondo Waldemar Bobato, foi vereador de Imbituva de 83 a 88, Presidente da Câmara 85/87, vice-Prefeito 89/92.

Trabalhou junto com a comunidade para construção do Centro Social e da Igreja Católica de Mato Branco.

Foi eleito Presidente do Rotary de Imbituva, gestão 91, não podendo assumir devido seu falecimento, ocorrido em 17/07/91.

Homem de honra e honestidade, exemplo para empresários, famílias, enfim para a comunidade de Imbituva, que com certeza se honrará em ter no trecho Imbituva-Ivaí, o nome do saudoso Geocondo Waldemar Bobato.

PROJETO DE LEI Nº 604/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar o imóvel desapropriado através do Decreto Estadual nº 6.627, de 16 de março de 1990, com as limitações e confrontações constantes do diploma legal citado, à edificação e instalação do Hospital Geral dos Servidores Públicos Estaduais.

Art. 2º - O Poder Executivo, através de sua Secretaria de Estado competente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, deverá iniciar a execução da obra, visando o cumprimento desta lei.

Art. 3º - O Poder Executivo, fica autorizado a remanejar o recurso orçamentário de 1993, previsto para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, destinado às reformas das edificações, transferindo o valor à Secretaria de Estado da Saúde, devendo esta alocar os recursos para reforma no imóvel e término da construção.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(aa) COLOMBINO GRASSANO, NELSON JUSTUS,  
ALGACI TÚLIO, EMILIA BELINATI,  
PAULO MAIA, HEINZ HERWIG

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa assegurar aos Servidores Públicos Estaduais e à população em geral, o direito à saúde, consagrado nas Cartas Magnas Federal e Estadual.

O diploma legal proposto objetiva, também, que não seja alterada a destinação do bem desapropriado, face à determinação governamental em transferir a sede da SEMA/IAP para o prédio destinado ao Hospital, conforme conta da Portaria sob nº 042/93, em anexo. Do documento, se infere que o imóvel objeto da ação expropriatória estaria sendo alocado para a supracitada transferência. Se consumada a irregular transferência da SEMA/IAP para o imóvel desapropriado, estar-se-á alterando a destinação originária, constante do Decreto Estadual sob nº 6627/90, que poderá importar na reversão do imóvel ao expropriado, com sérios prejuízos à administração pública, em especial à saúde pública da população paranaense.

Em suma, quer o presente reiterar a destinação do imóvel, na forma originária.

Por outro lado, urge que o Governo do Estado valorize seus servidores, inclusive em relação à saúde, destinando o imóvel para a implantação do Hospital do Servidor Público. Mas tal situação não privilegiará os servidores, porque na regulamentação da lei dever-se-á contemplar a forma de atendimentos a toda a população do Paraná. Portanto, se aprovada a presente proposta, ampliar-se-á o atendimento à saúde no Estado do Paraná.

Também na regulamentação da presente lei poder-se-á discutir, com as entidades representativas dos servidores, a destinação da alíquota de 2% (dois por cento) previsto na lei previdenciária Estadual, sob nº 10.219/92, para equipar o Hospital do Servidor. Se não o total, pelo menos de parcela da alíquota.

Assim, com os recursos orçamentários destinados à obra, mais a alíquota de 2% (dois por cento) ou parte dela, o Hospital de Servidor estará viabilizado.

Esclarecemos que o recurso orçamentário previsto no art. 3º da presente lei encontra-se inserido no orçamento do IAP, com a classificação orçamentária 4110 - obras, atingindo na atualidade a mais de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros reais), valor este que deverá ser remanejado à Secretaria de Estado da Saúde para a reforma e a conclusão da obra.

Para melhor compreensão e entendimento do caso em tela, anexamos documento elaborado pelo SIND, SEAB e AFIAP, o qual passa a fazer parte da presente justificativa.

Ressaltamos que a aprovação do presente Projeto demonstrará a preocupação desta Casa de Leis com a saúde da população do nosso Estado, em especial dos Servidores Públicos Estaduais.

PROJETO DE LEI N° 605/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, entidade civil, sem fins lucrativos, foi fundada em 10 de dezembro de 1991, com a finalidade educativa e de assistência social. Sua clientela são os menores carentes e abandonados, prioritariamente, menores de seis a dezesseis anos, sem residência fixa e que não possuam vínculos com a família ou com instituições públicas ou privadas.

Cientes dos trabalhos desenvolvidos pela AMECAM, trazemos à apreciação do soberano Plenário desta Casa Legislativa, o pedido de declaração de Utilidade Pública da referida instituição, possibilitando a obtenção de recursos junto ao Governo Estadual e Federal.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares, para aprovação da matéria em epígrafe.

PROJETO DE LEI N° 606/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída a Semana Estadual do Jovem, a ser comemorada, anualmente, nos últimos sete dias do mês de novembro.

Art. 2° - Durante a Semana Estadual do Jovem, todos os órgãos de comunicação do Estado reservarão espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e sua importância na vida nacional e estadual.

Art. 3° - Os estabelecimentos de ensino de todos os níveis desenvolverão, na época, sob orientação das Secretarias de Estado da Educação, Secretaria Especial do Esporte e Turismo e Secretaria de Estado da Cultura, palestras, conferências, campanhas, concursos de redação e jogos po-

liesportivos, tendo por motivo a juventude.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em apreço, visa instituir a Semana Estadual do Jovem, a ser comemorada, anualmente, nos últimos sete dias do mês de novembro. A juventude do Paraná, principalmente nas cidades de porte médio, tem sua organização nas entidades estudantis, grupos de jovens e nos Conselhos Municipais da Juventude.

Durante a Semana Estadual do Jovem todos os órgãos de comunicação do Estado reservarão espaço e tempo para publicação de matérias sobre a juventude e sua importância na comunidade.

Na elaboração do presente projeto de lei, esse parlamentar, teve a colaboração do Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, que vem tendo uma atuação excelente, desenvolvendo inúmeras atividades, sendo também o primeiro do Paraná.

Diante do exposto, pelo apoio dos nobres Pares, para aprovação do presente projeto, como forma de pagarmos uma pequena parcela da enorme dívida que temos com a juventude do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 607/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar de Idosos do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lar de Idosos do Oeste do Paraná, é uma entidade filantrópica e beneficente, sem fins lucrativos, que tem por finalidade oferecer um abrigo aos idosos e desamparados da região Oeste do Estado, dando-lhes condições de sobrevivência, razão pela qual merece o apoio dos nobres pares desta Casa para ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Projetos de Resolução:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 019/93**

**A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná**

**R E S O L V E:**

**Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo descrita, para que a respectiva população se manifeste quanto a criação do Município de Mariental.**

"Ao norte divide com o Município de Balsa Nova pelo Rio Iguaçu; ao nordeste, leste e sudeste com o município de Contenda partindo da Foz do Rio Turvo ou Espigão da Luchinska, seguindo por este até a nascente junto à BR-476, atravessando esta e seguindo em linha seca até encontrar a nascente do Ribeirão da Lavrinha ou Rio do Poço, seguindo por este até a localidade de São João do Caíva; ao sudeste e sul dividido pelo Município de Quitandinha, ainda pelo mesmo Rio do Poço até encontrar o Rio da Várzea, seguindo por este a foz do Rio da Estiva; ao sudoeste, oeste e noroeste dividindo com o Município da Lapa, iniciando na foz do Rio da Estiva, seguindo por este até sua nascente, isto é Rio Porteirás, ou da Barra, próximo da BR-476, atravessando esta até encontrar a nascente do Rio Corisco, e seguindo por este até encontrar o Rio Iguaçu, ponto inicial e final".

**Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) CARLOS SIMÕES

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93**

**A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná**

**R E S O L V E:**

**Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré - Pr.**

ITAPERUÇU começa na confluência com o Rio Ouro Fino e Rio Capivara, segue pelo Rio Capivara até a foz do Rio Betara, segue pelo referido rio até a foz do Rio Pocinho;

ALMIRANTE TAMANDARÉ começa na foz do Rio Pocinho, segue pelo referido rio até o ponto de encontro de uma estrada, segue pela referida estrada até o ponto de encontro com o Rio Passaúna;

CURITIBA começa no ponto de encontro de uma estrada com o rio Passaúna, segue pelo rio até o ponto de encontro com uma linha seca, na foz do Rio Cachoeira;

CAMPO LARGO começa no ponto de encontro com o Rio Passaúna e uma linha seca, segue até o encontro da Estrada. Segue pe-

**Curitiba, segunda, em 18.10.93**

la referida estrada até o ponto de encontro com o Rio Capivara, ponto de partida.

Sala das Sessões, em 18.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente, conforme já havia sido anunciado anteriormente por esta Presidência, os horários do Pequeno e Grande Expedientes serão reservados hoje à manifestação alusiva ao Dia Nacional contra a Violência, em atenção ao que fora reivindicado pela Deputada Emilia Belinati.

Solicitamos aos Senhores Deputados que desejarem se manifestar a respeito deste tema, neste período de uma hora, que nos informem para que possamos previamente inscrevê-los.

A Mesa consulta quais os Senhores Deputados que desejam se manifestar sobre esse tema.

Deputada Emilia Belinati, Deputados Florisvaldo Fier e Algaci Túlio.

Concedo a palavra a Deputada Emilia Belinati.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes:

O Brasil tem visto com frequência cada vez maior, sua imagem exibida pela tevê ou estampada pelos jornais. Imagem de medo, dor e desespero.

Ora são os arrastões; ora o enfrentamento de gângues rivais e a polícia; quando não o assassinato de uma jornalista, como ocorreu neste fim de semana, em São Paulo. Ou então, a população queimando vivos suspeitos de roubo. O noticiário também está recheado de acidentes de trânsito, que matam 50 mil pessoas por ano. E também de meninos e meninas do Brasil, cinco por dia, em média, vítimas de assassinatos.

Não se trata de um problema localizado. A violência se manifesta e se repete em toda parte e se generaliza velozmente.

Para ficar num exemplo local, basta lembrar a pancadaria e o tumulto que resultaram da manifestação de estudantes curitibanos, na semana retrasada.

Diante desse quadro, é triste mas necessário a violência precisar de data especial. 10 de outubro, por exemplo, foi dedicado a lembrar que as mulheres são também suas vítimas. Mas não só elas.

Este é um motivo para que nos reunamos e tratemos do assunto, que interessa a cada um e que deve mobilizar a todos, homens e mulheres que se preocupam com um País melhor. Um País onde caiba mais solidariedade, amor e espírito cristão.

Onde, especialmente, o exercício da cidadania não nos faça sentir órfãos de um

Estado que gasta mal é que arrecada e não garante também o direito à segurança.

A sociedade brasileira, como um todo, vê, perplexa, a violência chegar à porta da sua casa - e muitas vezes ultrapassá-la. Nosso dia-a-dia é acinzentado pelo medo que traz o relato de filhos, amigos, conhecidos ou anônimos suas vítimas. Todos só fazem confirmar a progressão espantosa dos índices de violência.

Parece que a palavra de ordem, que há bem pouco tempo se situava no "ter" ou "ser" foi substituída por "proteger", e se encaminha celeremente para "sobreviver".

Na contrapartida da banalização da violência, do pouco valor que se dá à vida humana, qual tem sido a postura do Estado?

Infelizmente, não tem cumprido o seu papel e ele mesmo exibe uma faceta de violência quando em sua ação aprofunda as desigualdades sociais, espalhando entre muitos milhões fome, miséria, também entre os bóias-frias, e perpetuando a vexatória e inadmissível impunidade.

Vemos também com preocupação o sucateamento das polícias e o desaparecimento da justiça.

Encarregados de desenvolver um serviço da mais alta importância, não recebem salários dignos, nem dispõem do instrumental necessário para executar suas tarefas. Não há reequipamento, nem reciclagem ou aperfeiçoamento dos quadros para fazer frente à nova realidade.

Curiosamente, o Estado vira as costas para sua responsabilidade. No Paraná, por exemplo, o Governo se propõe a contratar delegados "calças curtas", cargos destinados a 150 dos seus apaniguados, ao invés de profissionais habilitados para uma tarefa que não é política, mas essencialmente técnica.

Neste contexto, não é difícil constatar que o desespero também pode contribuir para engrossar o caldo da violência, com policiais arrancando dos presos confissões sob tortura ou reproduzindo a norma de atirar primeiro para averiguar depois. Ou então participando de grupos de extermínio, com suas balas alugadas.

Como nem sempre a violência oficial é responsabilizada, a impunidade entra em cena outra vez.

Mas não é só aqui que podemos identificar o Estado como agente de violência. Ele também a pratica quando não destinada, por exemplo, pelo menos 25% do orçamento para uma área tão fundamental como a educação, e prefere utilizar recursos segundo critérios personalistas, privilegiando áreas como a comunicação social, para ressaltar os feitos do governante.

Aliás, os meios de comunicação social têm sido pródigos nos abusos, quando se trata de violência. Especialmente as pro-

gramações televisivas estão recheadas destes casos.

Isso, em que pese a ação do Ministério da Justiça, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, que após constantes apelos de diversos segmentos sociais, aprovou um código com rigorosas punições para os excessos.

A iniciativa muitas vezes não é tomada, em virtude do falso e difundido conceito de que as emissoras estão apenas tratando da realidade. Tal postura não justifica nem isenta de responsabilidade os veículos de comunicação, que utilizam a violência como chamariz para a audiência, ultrapassando limites e ferindo direitos da família brasileira.

Diante da violência que vai se enraizando nas cidades e no campo, onde conflitos e mortes por pistolagem aumentam, está na hora de reivindicarmos o império da justiça.

Este País não pode continuar consentido, pelo silêncio, com a repetição das promessas de rigorosas investigações e punição dos culpados. Violência que vitima especialmente os pobres, que somam 32 milhões, 2 milhões deles no Paraná, vivendo com renda per capita de meio salário mínimo. São eles as maiores vítimas da violência e também eles, a maioria da população encarcerada. A advogada curitibana Noely Manfredini constatou em pesquisa que virou livro, que dos 3.500 detentos paranaenses, 95% ganhavam menos de um salário mínimo antes de serem condenados; 69% não tinham emprego fixo; 67% são réus primários; 40% têm menos de 26 anos e 56% foram condenados por furto. Entre eles, 54 presos têm AIDS e não recebem assistência.

Este País não pode ter relâmpagos de consciência, movidos por chacinas como de Carandiru, Candelária, Vigário Geral ou a dos Yanomamis.

As ações devem ser baseadas na consciência permanente de direitos e deveres.

Enquanto o Estado se omite ou se furta às suas responsabilidades, devemos nós, cada vez com maior intensidade, assumir as nossas.

Não para tratar de justiciamento ou vingança, muito menos para pregar a pena de morte.

Devemos debater as causas da criminalidade e buscar modos e meios de garantia da vida.

A iniciativa de nos reunirmos hoje, no Poder Legislativo, é uma ação neste sentido, até porque a nossa parcela de responsabilidade não é menor do que a dos demais setores.

A sociedade precisa escapar do medo, do torpor, do sentimento de impotência diante deste modelo que provoca desespe-



rança e descrença. E só o fará na medida em que perceber o real empenho do Poder Público, no sentido de encontrar remédios definitivos e não soluções paliativas.

A mesma violência que assusta, que deixa muitos em dúvida sobre a própria fé, que faz descer da justiça humana e perder o respeito e o amor pelo próximo, deve ser capaz de nos mobilizar no sentido inverso.

A sociedade não pode se alinhar ao Estado omissor. Uma saída sempre recomendada é a participação na solução dos problemas mais graves e emergenciais, como a fome ou a questão dos meninos e meninas de rua.

Dos calculados 800 mil menores que estão pelas ruas, a organização mundial da saúde pôde constatar que 100% deles já tiveram contato com algum tipo de droga e 55% já tentaram suicídio.

Enquanto se planeja o conjuntural, não podemos perder de vista o imediato.

Sem deixar de lutar pelas mudanças estruturais, há tanto aguardadas, temos que continuar buscando o reconhecimento do nosso papel nessa transformação social, também quanto ao problema da violência.

O exemplo do Sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, indica também que mudar mentalidades é preciso, para mudar a Nação.

Podemos e devemos contribuir significativamente na busca da redução dos índices de violência. E a lição muitas vezes começa em casa. As estatísticas mostram que os pais e maridos ou companheiros são os algozes dos próprios filhos, esposas e companheiras. Mulheres que hoje não dispõem, por falta da sensibilidade governamental no Paraná, um abrigo para não terem que se defrontar com seus espancadores, quando retornam de uma Delegacia onde apresentaram queixa da agressão.

A necessidade desses abrigos fica evidenciada por números registrados, por exemplo, para Delegacia da Mulher de Curitiba. Só até setembro deste ano foram atendidos 4.533 casos, dos quais resultaram 242 inquéritos, tendo como principais causas lesões corporais, ameaças de morte, sedução e estupro, tendo entre seus autores pais e padrastos.

Temos muitas e boas leis que ainda dependem da disposição política dos governantes para serem aplicadas. Vamos insistir até que as conquistemos. É o caso da instalação e regulamentação da carreira de Defensor Público no Paraná, para que nas comarcas os cidadãos tenham acesso à justiça gratuita.

É indispensável que, conscientes de tal responsabilidade, valorizemos este momento como um marco da nossa disposição de luta, para que este ato não ecoe no vazio ou fique na mera proposta, e se converta em ação concreta.

Não podemos sair daqui tal como entramos, como se o problema da violência não fosse problema nosso.

Bom mesmo será o País quando não mais for preciso dedicar um dia contra a violência, mas fazer de todos os dias do ano uma celebração à vida.

Somente aí o Brasil e o Paraná terão dado certo.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação as seguintes presenças entre nós:

Doutora Elcely Franklin Caminha, Presidente Nacional das Mulheres de Carreira Jurídica; Wilma Kaiel, da União de Mulheres de Curitiba; Dirce Cleve, da Soroptimista Internacional Curitiba Glória, Presidente; Cidalita Campos Hidalgo, Presidente eleita da Soroptimista Internacional Curitiba Glória; Wladimir França e Hamilton Segigueli, do Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná; Alzimar Bacelar, Presidente da Federação das Mulheres do Paraná; Izabel Fajardo, Tesoureira dessa mesma Federação; Leoni Aparecida de Oliveira, vice-Presidente da Associação Feminina do Jardim Triângulo; Presidente, Júlia; Laurecy Cleto, Presidente da ARESVI, em exercício; e Angela Paulus, Assessora da Presidência da ARESVI; Marisa Juhasz, do Lar dos Meninos do Xaxim; Capitão Aparecida, Comandante da Companhia de Polícia Feminina do Paraná; Karla Grummt, 4ª Zonal do PDT e Movimento Feminino; Marcelo Juliano Curcio, Presidente do Núcleo de Base Ação e Solução - Juventude Socialista do PDT; Marcilio Jeremias Filho, Vice-Presidente; Pedro Sardá, Representante do Instituto Agrônomo do Paraná.

Concedo a palavra ao Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Convidadas e convidados que ocupam esta tribuna de honra.

Hoje a nossa sessão é reservada justamente para debatermos a questão da violência em nosso País. Violência esta que está, mais do que nunca, atual e diária praticamente em todos os lares brasileiros. As vítimas geralmente são negros, índios, crianças, homossexuais e mulheres.

Esta violência já anda às raias de uma guerra civil que não foi declarada, mas existente em nosso País. Basta observarmos que ela tem uma característica de classe, um componente de classe. Ao observarmos quem são os mortos, geralmente são as vítimas do próprio capital e vítimas da elite brasileira. É a matança de Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Ianomamis e assim por diante.

Os Ianomamis não são as únicas vítimas

da violência. Os índios brasileiros que aqui eram 6 milhões, hoje não chegam a 250 mil. Quando não é roubada a sua vida, roubam o direito a viver. Roubam a sua língua, a sua cultura. A maioria das vítimas, ou são, como dizem Caetano e Gil, pobres, ou quase pobres, ou negros, ou quase negros. Mas sempre, e geralmente, pobres e negros.

Esta violência é alimentada, instrumentalizada, pelos meios de comunicação de nosso País. Basta observarmos as características de nossos programas. Quero lembrar somente o programa "Aqui e Agora", por ocasião do suicídio daquela menina, transmitido para todo o Brasil, aquela cena violenta. Inclusive Bernardo Carvalho, na "Folha de São Paulo", chega a comentar: "Aqui e Agora" é o lugar da imbecilidade. Todos os que assistem a própria morte, passivos, como se fosse a desgraça alheia. Assim comenta Bernardo Carvalho.

Esta desgraça assistida em rede nacional, como se fosse a do próximo e eu não tivesse nada com isso. Perante qualquer ato de violência, nós cidadãos, temos a responsabilidade na qual ou nós somos responsáveis por aquela que chega a cometer aquela violência, por nos negarmos a debater a questão da violência, por nos ausentarmos da vida política do País, ou por simplesmente nos calarmos, ou então, muitos dos cidadãos brasileiros são solidários àquela vítima, porque ele é igual, a sua vida não é diferente.

Essa desgraça, essa violência ocorre através não somente da questão física, em se agredir alguém fisicamente ou de roubar-lhe a vida violentamente. Ela ocorre no cotidiano através de atos de opressão e repressão psicológica, seja em qualquer relacionamento, homem a homem, negro a negro, mulher a mulher, geralmente tem uma vítima. E o nosso País é a principal vítima hoje, são as vítimas da fome, dos não cidadãos. Essa violência é tamanha que, na Cidade de São Paulo, das crianças de 5 a 14 anos, 46% delas morrem vítimas da violência. 50% dos adolescentes que procuram atendimento médico, é por trauma, violências, ferimentos por arma de fogo, tentativa de suicídio, abuso sexual e maus tratos. O Brasil hoje faz de suas crianças, vítimas, não somente, como citei agora, dos adolescentes, mas o Brasil está em segundo lugar no mundo, em prostituição infantil.

Na CPI que estudou a questão da prostituição e da mulher no nosso País, há um depoimento de uma menina adolescente que diz que fazia sexo oral porque era a única maneira de se alimentar. É esta violência que está escondida em casebres, em casas pobres e que não tem conhecimento a sociedade. Não adianta eu, cinematograficamen-

te, explorar a violência. Tenho que ter ação, agir, combater para visar a eliminação destes atos. Quatro ou cinco adolescentes são assassinados por dia em nosso País e ainda há aqueles que desejam a pena de morte.

Muitos daqueles que desejam a pena de morte, talvez o façam por desconhecer a realidade brasileira e a defendem, também, como vítimas que são, da mídia brasileira que, dominada por elite que assim defende a pena de morte, coloca a sua ideologia dentro da cabeça daqueles que só tem um meio de informação: a mídia eletrônica, quando deveria ter acesso à educação e à informação e esta é a outra maneira de violência - do nosso País, ao não garantir o direito à educação, o direito à informação, independente de que setor a formule-se, uma vez que a informação hoje, coloca, imposta à sociedade, só tem um ponto de partida e os demais setores não vêm veiculada com tamanha intensidade, nos meios de comunicação, outras informações que não aquelas que são impostas.

A pena de morte está instalada, instalada na Candelária, no Carandiru, nas ruas do País. Só não enxerga quem não quer, só não a vê quem não deseja enxergá-la, porque aqueles que a enxergam têm combatido porque somente serão vítimas dessa violência que é a pena de morte aqueles que hoje já são mortos e continuarão morrendo, e essa pena de morte, essa violência que for ver instalada legalmente ela praticamente existe e é permitida quando os órgãos responsáveis para que se execute a justiça em nosso País se negam a fazer isso, consciente ou inconscientemente, basta ver os processos o quanto demoram para tramitar e se chegar a uma conclusão e justamente quando chega geralmente não é punido aquele que deveria ser.

Com a população menos informada ultimamente da violência estatal ou da violência instalada nas ruas não enxerga a justiça como um ato justo e procura praticá-la por suas próprias mãos.

Isso nós temos constatado ao longo do tempo. Só na Bahia nos últimos quatro anos, cerca de 420 pessoas foram linchadas. Quem participa de um linchamento é justamente porque não enxerga no Estado, seja no Poder, principalmente Judiciário responsável para punir os crimes não enxerga nele o órgão que vá punir, não enxergam justiça nos órgãos estatais, ao não enxergar procura executar a justiça pelas próprias mãos.

Só no ano de 89, 24.900 pessoas foram mortas no Brasil, é praticamente a metade do número de americanos que morreram na Guerra do Vietnã que foi de 45.900.

É necessário se botar um basta nesta violência e nós do PT sabemos que é possí-

vel que isto ocorra, mas para que isto ocorra é necessário democratizar o Estado, é necessário que o Poder Judiciário também seja democratizado e é necessário principalmente a redistribuição de renda que é uma das causas da violência, a redistribuição da terra que é uma das causas da violência, enfim a distribuição da riqueza e a transformação de nosso País, para que ele se torne justo e igualitário, porque enquanto continuarmos neste regime desesperador e massacrante, a violência será estatal patrocinada pelo Estado e não será contida nas ruas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Companheiras, companheiros que nos prestigiam esta tarde, quando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dedica parte da sua sessão normal a se falar da questão da violência.

(Lê):

"Agosto de 1993, uma professora de primeiro grau da Rede Municipal de Ensino da periferia de Curitiba leva cerca de 50 alunas para uma atividade de educação física na quadra comunitária do Conjunto Caiuá. No caminho são cercados e abordados por um numeroso grupo de jovens, com semblantes assustadores, que passam a obrigá-los a retirar os tênis, juponas, casacos, relógios e outros objetos pessoais. Seguem-se agressões físicas e verbais.

Descrevo esta cena que já se tornou rotineira nas cidades brasileiras para demonstrar que a violência está muito mais perto do que podemos imaginar.

Como Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa quero, em nome dessas crianças e da professora Maria José, saudar todos os que hoje, voluntariamente, aqui vêm para dedicar um pouco do seu tempo ao debate sobre a violência, suas causas e conseqüências.

Poucos Deputados, nesta Casa, convivem tão perto com a violência como eu, até por minha atuação profissional, há mais de 35 anos nos meios de comunicação.

Mas, muitos Deputados aqui estão tão preocupados com a violência quanto eu, porque já foram vítimas ou dela tiveram conhecimento.

Através desta minha atividade profissional, há muitos anos, formei consciência de que segurança pública não é um problema isolado e consegui estabelecer a sua ligação com as demais mazelas sociais brasileiras.

O que assusta, preocupa e impressiona

é que hoje a violência tornou-se generalizada, crescem os seus índices na mesma proporção em que avançam os números da miséria da população e na proporção inversa das ações do Estado para contê-la.

Na Comissão de Segurança Pública desta Casa, temos buscado ao lado dos seus demais companheiros, alternativas de soluções para o problema.

Seja através da discussão séria dos diversos projetos que tramitam nesta Casa e versam sobre a matéria, seja através do permanente e democrático diálogo com a comunidade, ou através da cobrança das providências necessárias por parte das autoridades.

Não têm sido poucas as vezes em que ocupamos esta tribuna para denunciar que o sucateamento das Polícias Civil e Militar tem levado ao completo descrédito da população em relação àqueles organismos e à impossibilidade de ação incisiva no combate à violência e à criminalidade.

São incontáveis as vezes em que dissemos a este Governo e ao que o antecedeu que a qualidade dos serviços de segurança pública está diretamente vinculada aos investimentos nela realizados. Dentre esses investimentos incluímos a realização de concursos públicos para suprir o deficitário quadro de pessoal técnico e científico, aparelhamento dos organismos policiais, como os institutos médicos legais, a definição de uma política salarial ajustada às necessidades dos trabalhadores em segurança pública. A construção e recuperação de prédios que abrigam repartições policiais e das unidades penais do nosso Estado, entre outros.

Apesar desses insistentes pronunciamentos, o Governo parece preferir continuar insistindo na sua política de distribuição de viaturas com critérios partidários e tendo em vista os ganhos eleitorais; numa escandalosa tentativa de burlar a constituição e pisotear o ordenamento legal, para nomear 150 Delegados de Polícia, chamados "calças curtas", sem nenhuma exigência de formação específica.

Nossa responsabilidade, nesta Casa, é redobrada, à medida em que, devendo fiscalizar tais atos, devemos estar atentos para as reais necessidades e à realidade da nossa população.

Tudo isto, sem falar na violência que se comete, diariamente, contra a população, fazendo veicular, na televisão e no rádio, farto material publicitário em que enaltece a pessoa do governante como o responsável por uma administração séria, comprometida com os padrões de moralidade, legalidade e transparência e atento às questões sociais. Não é o que parece.

O dinheiro que deveria ser investido em segurança pública está escoando pelo

ralo da incompetência, da irresponsabilidade e da impunidade.

A constante redução nos investimentos significou, além do sucateamento já denunciado, de nossas polícias e da vergonhosa política salarial para os policiais, a completa extinção do sistema de módulos policiais, fechados um a um pela completa falta de recursos para a sua manutenção.

E outros ficaram abandonados em praças públicas, até serem corroídos pelo tempo. Hoje temos uma polícia civil cuidando de presos, já condenados e que superlotam as delegacias, quando deveriam estar nas penitenciárias. Enquanto isso, milhares de inquéritos não seguem o ritmo normal, por falta de policiais para investigação.

Seguem-se a isso as constantes denúncias de que centenas de concorrências deixam de ser atendidas sob a alegação de que faltam viaturas, combustível e até pneus.

No último mês de setembro, recebemos na Comissão de Segurança Pública um grupo de policiais militares que vinha relatar as condições de trabalho na corporação. Um policial, depois de 24 horas de plantão, ainda é obrigado a trabalhar no dia seguinte, quando deveria estar descansando, em um segundo emprego, para complementar o orçamento familiar.

Estou falando de um serviço de alto risco. O que o Governo pretende fazer com estes servidores? O que Governo pretende fazer com as nossas famílias?

É igualmente escandalosa a utilização ilegal de policiais militares para realizarem a segurança do BANESTADO. Revolta a idéia de que homens treinados, devendo estar nas ruas para garantir a segurança da população, estejam desenvolvendo função para a qual não foram treinados.

No dia 30 de maio um jovem desapareceu no Pico do Marumbi, sendo encontrado 48 horas depois, morto. O revoltante nisso é a afirmação dos técnicos e médicos, que se tivesse sido socorrido antes, teria sobrevivido.

Enquanto isso, onde estavam os helicópteros do Governo?

Além dessas denúncias, temos feito da Comissão de Segurança Pública um fórum permanente de discussões amplas e democráticas sobre a questão.

Realizaremos, por exemplo, na segunda quinzena deste mês, dois eventos de grande importância para a área: um é o debate com o Ministério Público, Tribunal de Justiça, OAB, o Desembargador Álvaro Lazzarini, de SP, e outras entidades e órgãos públicos, sobre a proposta de criação do Tribunal Especial para crimes de menor complexidade, trazido a esta Casa pelo Poder Judiciário, que vê na medida um mecanismo para agilizar a justiça e atender melhor aos

interesses da população.

Outra discussão da maior relevância, que merece a participação de toda a sociedade, é o projeto de novo código nacional de trânsito, que realizaremos com a participação do Deputado Federal Beto Mansur, de SP, autor do substitutivo, do eminente Juiz Dr. Octávio César Valeixo, da OAB, PMPR, e outras entidades. O projeto visa estabelecer novas normas para o trânsito em nosso País, com a finalidade de conter a violência em nossas ruas e estradas, que anualmente, vitima 50 mil pessoas, igual número da guerra do Vietnã ou um estádio de futebol lotado.

Constantemente, temos realizado reuniões descentralizadas da Comissão com a Comunidade, onde ouvimos seus relatos e encaminhamos providências com a participação de diversas autoridades.

Este caráter democrático de nossa gestão frente à Comissão de Segurança Pública quer assegurar a ampla participação da população nos trabalhos. Este é um órgão para fazer denúncias, trazer críticas e sugestões para resolver o problema.

Estas ações, contudo, são limitadas à esfera do Estado do Paraná e, muitas vezes, esbarram na falta de vontade política do governante.

Tenho dito que é falsa a prosperidade que se separa da miséria por meio de cercas eletrificadas e muros altíssimos.

O País está dividido entre os que não comem e os que não dormem. Os que não comem, porque não dormem. E os que não dormem, por medo dos que não comem. As cidades do interior estão esvaziando ... as grandes cidades incham e com isso, o aumento da criminalidade.

Esta desigualdade está intrinsecamente ligada à proliferação dos índices de violência.

A mudança dessa realidade passa pela transformação de nossa própria consciência e pela necessidade de mobilização de todas as forças da sociedade para romper com as estruturas que legitimam e sustentam esse estado de coisas.

Muito embora a violência política das elites brasileiras queira retalhar a Constituição de 1988, ela ainda é a nossa grande e maior arma para defesa dos direitos da sociedade.

É com ela que devemos cobrar as ações do Estado e garantir o direito da nossa participação para solução do problema da criança e do adolescente, a proteção e o abrigo da mulher vítima da violência, o combate à violência no campo, a proteção e o respeito às populações indígenas, a punição das discriminações de qualquer natureza, os investimentos na segurança pública, a probidade administrativa, os investimentos na educação, na saúde, na habita-

ção e geração de empregos, bem como do respeito aos direitos e garantias individuais e coletivos, principalmente o direito à vida. Esse direito está sendo ferido com a irresponsabilidade no trato das questões de segurança pública, seja nas atitudes dos nossos governantes, já denunciadas anteriormente, seja nas propostas que irresponsavelmente têm sido levantadas para contenção da violência: a extinção da PMPR ou a adoção da pena capital.

Como disse o filósofo alemão Berthold Brecht, a violência, assim como a injustiça, passeia pelas ruas com passos seguros. Os dominadores se estabeleceram por dez mil anos. Só a força os garante.

O que ainda vive não diga: Jamais!

Quando os dominadores falarem, falarão também os dominados.

De quem depende a continuação desse domínio? De nós.

De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós.

Os caídos que se levantem!

Quem reconhece a situação como pode calar-se?

Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.

E o hoje nascerá do jamais.

Curitiba cresceu assustadoramente nos últimos anos. Mais de 600 mil famílias aqui aportaram nos últimos 10 anos. Não fosse o trabalho que fizemos ao lado do Prefeito Jaime Lerner, instalando mais de uma centena de creches, dezenas de Projetos Piás e os Centros de Educação Integral que abrigam hoje mais de 30 mil crianças em período integral com 4 refeições diárias, não fossem esses projetos copiados pelo Brasil inteiro, tenho certeza que estaríamos aqui lamentando a proliferação indiscriminada de crianças, de meninos e meninas de rua.

Curitiba é o Brasil que pode dar certo!

O Paraná também é o Brasil que poderá dar certo se o Governo do Estado agir com mais responsabilidade no trato da questão da segurança pública e da justiça. Hoje estamos aí em um ano em que praticamente não se viu a justiça funcionar neste Paraná - primeiro, a greve dos juizes e agora, a greve dos funcionários.

A Polícia trabalhando aos tranços e barrancos, fazendo milagre para atender a população.

Até quando isso vai continuar?

Hoje temos em Curitiba uma parte considerável da população de pessoas sem mão-de-obra qualificada. O pai atira-se na ociosidade, no vício do alcoolismo, a filha acaba chegando à prostituição, o filho se envolve com drogas, cheirando colas e daí à criminalidade.

Os meios de comunicação, em especial a

televisão, tem sido uma grande estimuladora para levar os jovens à perdição, não existe critérios na programação das televisões na apresentação de filmes e até mesmo das novelas, podem ser assistidos a qualquer hora por qualquer pessoa desde a recém-nascida até a mais adulta.

Somos frontalmente contrários ao comércio de armas. E o que se vê nas propagandas de jornais e na televisão? A propaganda do revólver mais potente, do revólver mais leve e a bala que atinge com mais força.

Somos também contra a pena de morte, frontalmente. O País não necessita da pena de morte. Precisamos de uma política com igualdade de condições, onde o pobre possa ter um espaço para o trabalho, onde possa, evidentemente, dar condições de sobrevivência a sua família.

Na hora em que tivermos igualdade de condições entre todos certamente haverá uma grande diminuição da criminalidade e não haveremos de pensar nesse terrível mal que é a pena de morte!

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista o que fora anteriormente anunciado de que as manifestações que ocorreriam no Horário do Pequeno e Grande Expedientes e tendo os Senhores Deputados que se pronunciaram, utilizado já o tempo de 33 minutos, nos restam 27 minutos. Diante disso nós solicitamos às pessoas, que doravante farão uso da Tribuna, que se possível se manifestem no espaço ao redor de quatro minutos para que possamos dar oportunidade a todos os oito inscritos que temos aqui para se pronunciar.

Concedo a palavra inicialmente a Doutora Elcely Franklin Caminha, Presidente Nacional das Mulheres de Carreira Jurídica.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores colocar à disposição das entidades, se for necessário, o Horário da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante dessa manifestação de Vossa Excelência nós temos mais um minuto para cada orador, podendo então cada um se manifestar pelo tempo de cinco minutos, se necessário for evidentemente.

A SRA. ELCELY FRANKLIN CAMINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, como Presidente Nacional das Mulheres de Carreira Jurídica não poderia furtar-me de falar neste momento. A violência no Brasil é uma

realidade, e que faremos nós para que ela termine? De nada adianta divagarmos, ouvirmos, se fazemos de conta que ouvimos depoimentos sem fim se cruzarmos nossos braços e nada fizemos para que isso termine.

Em minhas viagens por esse imenso rincão do Brasil, nas inspeções que faço nas diversas subseções da Associação tenho verificado coisas brutais, que assim passo a pensar que o Paraná é mesmo um paraíso. Quando chego num Pará e vejo meninas de sete, oito anos prostituindo-se para manter as famílias, quando vi há poucos dias, também no Pará, numa creche mantida pelo Governo do Estado, oito crianças morrendo de fome, quando fizemos tanto estardalhaço com crianças da Candelária, lá morreram oito de fome, numa instituição mantida pelo Governo.

Em todo o Brasil é demais o que se aprecia, e eu acho que é hora de nós nos darmos as mãos, falarmos menos e agirmos mais. Se faz necessário que medidas sejam tomadas para que abram campos, frentes de trabalho para que se dê não só alimento, mas condições de estudo, de futuro para o amanhã. Nós, mulheres de carreira jurídica, estamos empenhadas num projeto de documentação espalhados por todo o Brasil. Esse projeto está nos dando uma média de 400 documentos expedidos por dia, no Paraná a campanha ainda não está nas ruas, mas irá dentro de poucos dias, eu espero contar com o apoio dos Senhores.

Acredito que precisamos tomar medidas mais veementes, precisamos ouvir mais alta voz dos Senhores, se faz necessário. Precisamos que o Paraná seja regulamentado uma Defensoria Pública que muito virá ajudar contra esta violência, precisamos que as mulheres militares do Paraná sejam equiparadas aos homens num quadro único, é impossível continuarmos com essa posição, onde a mulher não tem direito a uma carreira militar da mesma forma. Isso é uma humilhação para nós e esperamos que os Senhores nos ajudem a terminar com essa discriminação. É o único Estado do Brasil onde isso ocorre. Nós temos que acabar com a violência sim e principalmente com a violência familiar, violência familiar hoje é muito maior do que a própria violência na rua. Nós que lutamos atendendo as famílias, atendendo aqueles casos tristes que nos vêm às mãos diariamente, vemos diariamente crianças, pais estuprando filhas, avôs com netas, padrastos com enteadas, não há mais família, não há mais religião, não há mais estrutura neste Brasil. E enquanto não houver família não haverá praxes.

Senhores Deputados, vamos dar as mãos, vamos trabalhar, nós mulheres estamos aqui juntas com vocês para encampar qualquer

campanha que vocês queiram apoiar. Estamos aqui pedindo a vocês que venham conosco porque estamos de braços abertos para receber qualquer ajuda que venha dos Senhores. A mulher é uma força no Brasil, lembrem disto. Nós hoje somos um grande contingente e quando queremos mostrar a nossa capacidade sabemos mostrar. Esperamos apenas o apoio dos Senhores para que possamos formar um Brasil melhor. Obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra é concedida por cinco minutos ao Dr. Newton Grein, Superintendente do Centro Brasileiro da Infância e Adolescência do Paraná.

O SR. NEWTON GREIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, congratular-me com este momento de tão grande importância e me preocupei em trazer alguns dados aqui que talvez pudessem contribuir com uma tomada de posição em relação a morte violenta de crianças e adolescentes no Estado do Paraná nos anos 91, 92 até agosto de 93.

A primeira grande causa de mortes violentas no Paraná é atropelamento, seguida de afogamentos e acidentes de trânsito, para em último lugar nós termos no mesmo patamar, colisão automobilística e arma de fogo.

Se considerarmos que dos 1.663 adolescentes que cometeram atos infracionais no decorrer do ano de 1993, vamos encontrar uma incidência de 50% de furtos e de 30% por dirigir sem habilitação. Já deixamos de tratar da situação do menino infrator, do adolescente infrator, daquele menino da periferia, da família pobre, morador da favela, para estabelecermos uma outra relação em relação ao ato infracional. Para mim, isto é extremamente necessário que se lance alguma campanha de caráter educativo para que se evite esta demanda violenta. Num levantamento de Foz do Iguaçu, Maringá, Curitiba, Cambé e Londrina, verificamos através do SOS Criança que 73% da violência praticada contra a criança é no seio da própria família.

Trazendo estes dados para o Estatuto da Criança e do Adolescente eu diria que o Estatuto, muito mais do que um Projeto de Lei, ele é um projeto de sociedade. Ou trabalhamos de forma conjunta a situação criança-adolescente e família, num processo único, educativo, ou não mudaremos este quadro.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra é concedida a Dra. Dionéia F. Dresch, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



A SRA. DIONEIA - Exmo. Sr. Presidente da Mesa Diretora, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. e Sras.

Recebemos hoje pelo telefone a incumbência de representarmos o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e sua Presidente Dra. Eriilda Balduino, pediu-me também que saudasse a nossa prezada Deputada Emilia Belinati, que quando a procuramos para dizer que a mulher paranaense está interessada em lutar contra a violência neste País, ela com muita eficiência e carinho organizou este momento solene. É na realidade a intenção da mulher paranaense que tenhamos mais consciência para continuarmos a luta contra a violência à mulher, como também a violência contra a família. A família brasileira violentada, sem casa, sem alimento, sem escola, sem saúde, não tem mais condições para manter a mínima dignidade que exigimos ao ser humano.

Hoje, Srs. e Sras., presenciamos a nossa família atirando os filhinhos à rua para perambularem, vendendo as suas meninas após os nove anos para a prostituição. Tudo porque a violência assola o País. A violência em todas as camadas sociais.

Srs. e Sras., baixemos os nossos olhos e façamos um exame de consciência, se na realidade estamos fazendo alguma coisa de concreto para tornar a família brasileira feliz, tranqüila, com dignidade e respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra à Dra. Isabel Mendes, Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, vice-Presidente do Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná e representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

A SRA. ISABEL MENDES - Deputada Emilia Belinati, representante da mulher paranaense, Sr. Presidente e demais representantes do povo.

Um Brasil em que a violência é diária, tiramos um dia para falar da violência, quando todos os dias deveriam ser dias para combater a violência, não apenas um dia. Ouvimos aqui diversos oradores e ouvimos colocarem estatística, dados de mil casos de violências. Causas, Srs.. Causas. Mas onde está a raiz?

O que os Srs. estão fazendo para debelar esta violência? Será que adianta virmos aqui dizer: "nós sabemos, morrem mil crianças por dia. Sabemos que nas cadeias se torturam os presos. Sabemos todas as outras violências". E o que está se fazendo? Onde está a raiz?

De repente quero me dirigir agora às minhas companheiras, que não falei no iní-

cio, às minhas companheiras de lutas e ideais. Sabemos onde estão as raízes e onde está a falha. E esta Casa aqui é um exemplo da raiz maior. A raiz maior está na indiferença. Está na indiferença do homem. Esta Casa em que estamos hoje tendo esta oportunidade de falar contra a violência ela mostra, uma Casa que tem 54 representantes do povo, nem a metade está aqui. Esta Casa que está ouvindo um dia por ano, para a mulher ter o direito de vir aqui contra a violência para algumas pessoas, de repente olhamos, cada Deputado está conversando, preocupado com sua vida, sem sequer respeitar aquilo que se debate aqui, com raras exceções. E nós mulheres, que viemos aqui aproveitar esta oportunidade, estão olhando os Srs. e estamos chorando e sabem por quê? Porque estamos lembrando do País que está afundando. Do País que está afundando em Brasília, com representantes que não têm consciência que não são donos de seus mandatos, mas que representam o povo e por este povo têm que lutar. O povo que hoje 70% dele ganha menos do que um salário mínimo.

Sabemos, prezadas companheiras. Sabemos de tudo isto.

Somos representados por Deputados que nós elegemos. O Mandato é nosso, não dos Senhores, é do povo e os Deputados estão vendendo passes, e os Deputados estão se promiscuando, os Deputados estão traficando. São traficantes de drogas, os Deputados federais usam o orçamento. Gente, pelo amor de Deus! Usando a verba dos programas sociais, a merenda dos nossos filhos, o dinheiro das nossas creches para proveito pessoal.

As coisas estão aí. Este é o Brasil que estamos vivendo. O que é que os Senhores estão fazendo por nós? O que é que os Srs. estão fazendo por nossos filhos que estão morrendo de inanição? A responsabilidade dos Senhores é grande, é muito grande, porque os Senhores nos representam. Os Senhores, eu repito, não são donos dos seus mandatos, os Senhores, por vontade própria tiveram a boa vontade de nos representar e o que é que estamos vendo no Brasil? Estamos vendo a fome matar a nossa gente. O que é que nós pedimos? Nós pedimos apenas o direito de exercer o nosso direito de cidadania. E o que é cidadania, Senhores Deputados? Vocês pensam que é para votar em vocês? Que é para escolher representante vereador, deputado, senador, governador e presidente? Não é não, Senhores. O nosso direito de cidadania, é ter uma casa, é ter pão todos os dias na mesa para nossos filhos, é ter escola para nossos filhos, é ter, Deputados, saúde para nossos filhos. É este o direito que nós estamos pedindo. É isto que nós viemos fazer aqui neste momento e que pedimos a to-



dos os Senhores que tenham consciência.

Pego um minuto para concluir, como todos os Deputados, nossos representantes tiveram direito, também nós esperamos ter o direito de concluir.

É isto o que nós pedimos. Tivemos agora há pouco, um Deputado nos doando o seu tempo. Então pedimos para concluir.

Deputados, nós sabemos que a violência contra a mulher, caminha junto com a história. A mulher, lamentavelmente, sabe o quanto sofre violência. Aliás, a mulher já sofre desde o início, mas ela tem dentro de si, o que falta hoje no mundo e o mundo hoje é carregado pela mulher. Ela tem amor, ela tem doação. A mulher, vejam bem, já começa desde o início, quando nasce a humanidade. Os Senhores devem saber que na criação do homem, o homem participa no máximo 6 minutos, num momento de prazer. A mulher participa 9 meses e o resto de sua vida toda, e de repente, vemos o quê, Senhores Deputados? Vemos nossas companheiras, como aqui na Assembléia. Olhem para trás. Olhem nossas colegas taquígrafas. Os Senhores sabem quanto ganha hoje uma técnica, para vir aqui e tomar nota do que os Senhores falam para ficar para a posteridade? Onze mil cruzeiros um final de taquígrafa. Isso é uma vergonha, Senhores Deputados. Os Senhores sabem quanto ganha hoje uma professora para poder dar estudo aos nossos filhos? Nem um salário mínimo elas ganham, porque têm os descontos.

Sei que preciso concluir. Senhores Deputados, não existe menor abandonado, existe família abandonada, porque o pai não tem emprego, porque a mãe não tem condições de sustentar os seus filhos com dignidade. Senhores Deputados, o que é que nós pedimos aos Senhores? Por favor, ponham a mão no coração e na consciência e coloquem um pouco de amor e pensem naquilo que os Senhores representam e dêem exemplo a todos os outros que, como os Senhores, ou lá no Executivo, ou lá na Prefeitura, ou lá na Presidência da República ou no Congresso nos representam. É isto que nós pedimos. Dêem-nos o direito de exercer a nossa cidadania total.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registramos com satisfação a presença de Luciana Silveira dos Anjos e Maria Aparecida dos Santos, representante do Movimento Nacional dos meninos e meninas de rua de Curitiba.

Com a palavra, por cinco minutos, a professora Glaci Terezinha Vancan.

A SRA. GLACI TEREZINHA VANCAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como tradição a SBPC não pode se furtar das discussões sobre a violência.

Gostaria de dizer que a maior violência que se faz ao homem é eliminá-lo do mercado de trabalho é isso que vem acontecendo e é por isso que existe tanta criança abandonada, e ele é eliminado do mercado de trabalho porque ele não tem acesso à educação.

A nossa mensagem é de que é preciso dar a todas as crianças a educação para que no futuro elas possam ter o acesso ao mercado de trabalho, ao justo salário e poderem ser cidadãos competentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registramos com satisfação a presença entre nós do Prefeito de Munhoz de Melo, João Matias, do Presidente da Câmara, Senhor Nerilson, Secretário da Saúde, Vereador Doutor Durvalino.

Concedo a palavra ao Senhor Darcy Frigo, Coordenador Estadual da Comissão Pastoral da Terra.

O SR. DARCY FRIGO - Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssima Senhora Deputada Emilia Belinati que nos convidou para estarmos aqui nesta tarde, Senhoras e Senhores.

Nós gostaríamos também de registrar aqui o aspecto da violência ligada ao campo.

(Lê):

A Violência no Campo

"A violência que se manifesta no País, ganha manchetes de jornais, é divulgada internacionalmente, é apresentada como um caso de polícia. Ou melhor, falta de polícia, falta de repressão e por isso mesmo, não são poucas as vozes que se levantam pedindo a intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro, no país. Fala-se muito sobre a violência que é um sintoma, mas não sobre as causas.

Existe violência maior do que 32 milhões famintos, miseráveis, excluídos? Existe violência maior que a praticada pelo latifúndio que nega o acesso à terra a 4,8 milhões de camponeses? E o que dizer dos grupos paramilitares que estão levando uma "limpeza social", em casos como o da Candelária e Vigário Geral, além dos pistoleiros a serviço de grandes proprietários rurais?

No campo, as formas de violência são inúmeras e no caso a solução óbvia, chamar a polícia, é impraticável. Porque a Polícia Militar quando não é o agente direto da violência é, no mínimo, conivente com os que a praticam. Um levantamento feito pela CPT Nacional mostra que de 1987 até 1992 foram registrados 49 assassinatos cometidos exclusivamente pelas Polícias Militares de vários Estados que mataram sem-terra, posseiros, líderes sindicais e em

nenhum dos casos houve punição para os culpados. No Paraná, temos um caso recente que exemplifica com perfeição este fato: a caçada, a tortura e a execução extrajudicial de Diniz Bento da Silva, o Teixeira, líder dos sem-terra que ocupavam a fazenda Santana, em Campo Bonito, sudoeste do Estado. Como incentivo do Governo do Estado, a Polícia Militar, prendeu e torturou sete trabalhadores rurais, invadiu o acampamento, destruiu os pertences dos agricultores, agrediu fisicamente o menino Marco Antônio, de 13 anos filho de Teixeira.

A morte de três policiais militares em confronto com os sem-terra, apontado como motivo para toda essa arbitrariedade, aconteceu porque eles se apresentaram no acampamento, à paisana, dizendo-se amigos do fazendeiro e a um pedido de revista, sacaram as armas, dando início ao conflito.

A Comissão Pastoral da Terra Nacional, publica anualmente, "Conflitos no Campo", onde faz um balanço da violência praticada contra os sem-terra, pequenos agricultores, posseiros, líderes sindicais rurais, agentes pastorais.

Somente no ano passado, no Brasil, no item violência contra a pessoa foram registrados 46 assassinatos, 47 tentativas de assassinato, 164 ameaças de morte, 15 casos de tortura, 32 seqüestros, 1379 agressões físicas, 91 lesões corporais, a prisão injustificada de 304 pessoas e terrorismo praticado contra 5907 pessoas. Na violência contra a posse e a propriedade, 1664 famílias foram expulsas de suas terras, 6001 famílias sofreram o despejo judicial, 4527 famílias foram ameaçadas de despejo, 2090 famílias ameaçadas de expulsão, 703 famílias tiveram suas casas destruídas e 1040 tiveram suas roças destruídas."

No Paraná de 1970 a 1993, 44 trabalhadores rurais sem-terra, pequenos agricultores e posseiros foram assassinados. Só em 89 ocorreram seis assassinatos e neste ano nós já tivemos além do caso do Teixeira mais três assassinatos, sendo um deles o caso José Benedito em Conselheiro Mayrink, um senhor de 63 anos de idade. O trabalho escravo prática que a maioria das pessoas havia abolido no século passado vem crescendo continuamente e nós aqui no Paraná já registramos um caso em 84 na Fazenda Guatambu, o ano passado registramos mais um caso na Fazenda Gralha Azul em Laranjeiras do Sul. E neste ano, 450 trabalhadores vindos de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha estavam submetidos a esta prática desumana e degradante, no Município de Ibaiti, numa destilaria de álcool.

Nós estamos fazendo, neste momento, um

levantamento das rotas para onde estes trabalhadores estão sendo levados, e centenas e alguns milhares de trabalhadores estão sendo levados, neste momento e submetidos a trabalho desumano e degradante no Estado do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

A DRT de Minas Gerais nos enviou, esta semana que passou, um relatório, Senhores Deputados, muito sério sobre alguns milhares de trabalhadores que foram levados aqui do Paraná para o sul de Minas Gerais e lá se constatou que estes trabalhadores estavam sendo submetidos as mais variadas práticas de desrespeito à legislação trabalhista, chegando ao cúmulo da submissão ao trabalho escravo.

E aqui no Paraná, neste momento, neste final de semana, hoje ainda, 12 famílias de posseiros estão cercados por um grileiro de terras e seus pistoleiros, no Município de Barracão. Nós temos denunciado esta situação, por vários dias e não temos conseguido que se tornem decisões definitivas. A morosidade do INCRA, através de pessoas que não têm vontade de encaminhar o processo para a solução definitiva, já que a área é da União. E a conivência do delegado local, calça curta, que tem sido conivente com a prática de violência do grileiro da terra daqueles pistoleiros.

Senhores Deputados, as crianças não estão podendo ir à aula, porque a área está cercada por cerca de arame, pistoleiros e nós precisamos que se tomem algumas medidas.

Os bóias-frias são um outro caso de violência muito sério aqui no nosso Estado. Nós temos, só nestes últimos anos, de 87 a 93, a morte de 48 trabalhadores, principalmente em acidentes rodoviários. Esta situação nós também queremos denunciar, aqui, como uma das formas de violência que precisa ser coibida através da regularização dos transportes e fundamentalmente da punição dos culpados. Entendemos que além do combate à impunidade é preciso haver uma ampla reforma social no campo, com a manutenção dos pequenos agricultores em condições que possam produzir e o assentamento e reassentamento de novas famílias, para que elas possam produzir, ter emprego e assim terem uma vida melhor. Também precisa se combater a impunidade nos acidentes que vitimam os bóias-frias e que até hoje permanecem, na sua maioria, impunes, sem sequer o encaminhamento de processos normais para que se apurem as responsabilidades.

Esperamos que esta Casa nos auxilie nas providências contra estas graves violências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Con-

cedemos a palavra à Beatriz Matter Gregory, Presidente da União de Mulheres de Curitiba.

A SRA. BEATRIZ MATTER GREGORY - Senhores Deputados, companheira Deputada Emilia Belinati que tomou a iniciativa e nos convidou para este debate, e companheiras mulheres do movimento feminista. Em meio a violência generalizada que ocorre em nosso País, que vai desde chacinas até o desrespeito diário aos direitos mais elementares dos cidadãos, destaca-se, e para nós chama a atenção a violência que é colocada imposta sobre a mulher. E como representante das mulheres a gente pretende se localizar nesta questão, não apenas nesta data, mas em muitas outras datas, no País inteiro as mulheres vão às Casas de Leis, as mulheres vão às ruas, as mulheres vão às praças para denunciar a violência que é uma das principais chagas que o capitalismo impõe à mulher. A violência que é traduzida especialmente na forma de estupros, de espancamentos e de assassinatos.

Falar na violência sexual e doméstica para nós na verdade é falar apenas da ponta de um grande iceberg, pois a questão da violência imposta sobre a mulher é muito mais ampla. Falar em violência para nós é lembrar também dos inúmeros casos, das quinhentas mil meninas de rua que perambulam por este País como única forma de sobreviver à violência, como única forma de sobreviver à miséria vendendo o seu corpo a troco de pão. E outras trezentas mil meninas de rua já se encontram hoje potencialmente prostituídas. Falar em violência é lembrar também para nós das mais de dez mil mulheres que morrem por ano no nosso País por casos muito simples: ligada à gestação, ao parto e ao pós-parto. Casos evitáveis com um simples atendimento à saúde adequado e a condições de vida. Falar em violência para nós significa se referir também as quatro, a seis milhões de mulheres que neste País todos os anos são empurradas a realização de aborto, empurradas pela condição econômica e social. E resulta disso que 400 mil mulheres enfrentam seqüelas graves em função da situação em que esses abortos são praticados.

Falar em violência à mulher significa lembrar também das inúmeras mulheres que são empurradas para o controle de natalidade, travestido muitas vezes de planejamento familiar; e a essas mulheres se nega uma assistência-saúde, nega-se um acompanhamento e se nega orientação. São 41% das mulheres paranaenses em idade fértil, e nos Estados do Nordeste chega a 80% das mulheres que já estão esterilizadas. Lembrar da violência à mulher é também lembrar da violência imposta à mulher trabalhadora, que recebe salários menores, que

é obrigada a fazer testes de gravidez e apresentar atestados de laqueadura para que possa ser admitida, que não tem creches, que não tem berçários para deixar os seus filhos, que enfrentam revistas aviltantes, e outras situações mais. É lembrar para nós também da violência colocada para a mulher negra que enfrenta dificuldades muito maiores.

Falando em violência nós podemos dizer que a nível de País inteiro nós tivemos avanços nos últimos anos, um deles são as Delegacias da Mulher; mas ainda é muito pouco, nós precisamos de delegacias com viaturas com infra-estrutura adequada, um preparo para o pessoal que atende estas delegacias. Falar em violência é lembrar que inúmeras mulheres ainda perdem a vida, porque quando ameaçadas de morte pelos seus companheiros ou maridos não têm lugar seguro para deixar seus filhos e para permanecer junto com seus filhos.

E é por isso que gostaria de finalizar lembrando justamente que sabemos do apoio de vários Deputados ao Projeto do Deputado Dr. Rosinha da criação do Centro de Convivência da Mulher, mas que infelizmente esse apoio foi insuficiente e não conseguiu garantir a derrubada do Veto que o projeto do Centro de Convivência enfrentou.

E por isso mesmo a gente gostaria de finalizar lembrando que numa próxima oportunidade a gente gostaria de contar não apenas com o voto dos companheiros que já compreenderam essa questão, mas também com o seu apoio efetivo no sentido de convencer o conjunto dos outros Deputados a ajudar-nos, a nós todas mulheres paranaenses a enfrentar e vencer mais esta batalha.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Oxlando Pessuti) - Como último orador inscrito, concedo a palavra a Izabel Fajardo, Tesoureira da Federação das Mulheres do Paraná.

A SRA. IZABEL FAJARDO - Senhor Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, mulheres representantes dos movimentos femininos no Paraná, Senhoras e Senhores.

As mulheres reafirmam o seu compromisso com o desenvolvimento para o fim à miséria e à violência.

Somos no Brasil 32 milhões de pessoas incluídas no mapa da fome. O Paraná é o 7º Estado do Brasil em fome e miséria. Isto precisa mudar. Não aceitaremos o corte de recursos públicos nas áreas essenciais como saúde, educação e habitação. Ao contrário, propomos que a União e os Estados aumentem a sua participação nessas áreas, diferente do que ocorre hoje onde 65% do Orçamento da União são consumidos em pagamento de juros aos banqueiros e especuladores da dívida interna e externa.

Denunciamos que por trás desta crise estão os interesses de grupos financeiros em falir o Estado e implantar o Estado Secreto dos cartéis e monopólios privatizando a saúde, a educação, a previdência, onde a maior parte da população não terá acesso a nenhum tipo de atendimento.

Por outro lado no setor de segurança as mulheres e crianças em tempos como este são mais agredidas tanto física como psicologicamente. É necessário que se amplie e equipe as delegacias de proteção à mulher.

A instalação de abrigos para as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica é outra necessidade que se impõe para garantir a sua integridade física e moral. Ações concretas de combate à violência, aliados a programas de combate à fome são ações emergenciais a serem tomadas por parte das autoridades.

Nós, a Federação das Mulheres do Paraná e Confederação das Mulheres do Brasil, estamos na luta pelo pleno desenvolvimento da mulher na sociedade brasileira. Programas de alfabetização e profissionalização, venda de cestas básicas a preços de custo, construção de casa em regime de mutirão para mães chefe de família, são algumas ações concretas por nós desenvolvidas para a construção de um Brasil mais justo e feminino. Obrigada.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência ao encerrar as comemorações, ou melhor, este período em que foi reservado a manifestação alusivo ao Dia Nacional Contra a Violência, deseja neste momento manifestar os votos nossos de congratulações às pessoas que aqui compareceram, à Deputada Emilia Belinati que foi a requerente deste espaço junto a Assembléia Legislativa para que estas manifestações ocorressem, cumprimentar também o Deputado Florisvaldo Fier e Algaci Túlio que também, a exemplo da Deputada Emilia Belinati falaram em nome do Poder Legislativo Estadual. Cumprimentar as pessoas que aqui se manifestaram a respeito do Dia Nacional Contra a Violência, evidentemente com um enfoque mais direcionado à violência que se pratica contra a mulher.

Dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná sempre esteve e está e tenho certeza estará atenta a estes problemas. Em momento algum a Assembléia Legislativa do Paraná tem se omitido de abrir as suas portas, de abrir as suas Comissões Permanentes e até mesmo este Plenário como o fez no dia de hoje, para que assuntos que interessem à sociedade possam aqui ser debatidos. Em nenhum momento esta Assembléia, tenho certeza, fechou, fecha ou fechará as suas portas para que homens e mu-

lheres; jovens ou adultos; velhos ou quem sabe até crianças, possam aqui comparecer e manifestar o seu ponto de vista acerca de assuntos de grandeza e importância como é este assunto que foi aqui debatido.

No entanto, na condição de Presidente, não posso aceitar e tenho certeza que os demais não aceitam, a maneira como a Dra. Izabel Mendes colocou o seu ponto de vista. Deixando claro em suas palavras, pelo menos no entendimento deste Presidente, que a Assembléia Legislativa pratica a discriminação contra a mulher de que a Assembléia Legislativa é uma casa de homens machistas, que não têm sensibilidade para com as mulheres. Disse, a Dra. Izabel, que a Assembléia Legislativa de 54 Deputados tem apenas uma mulher que a integra. É verdade. Mas se assim foi o resultado das urnas ele o foi também em função do voto das mulheres que elegeram os homens e a mulher Emilia Belinati que aqui está. Quando se referiu à questão das Taquígrafas, à questão das professoras, nós queremos dizer que a Presidência da Assembléia tem envidado todos os esforços no sentido de corrigir sim as distorções salariais que aqui existem. E que não se pratica apenas com referência às Taquígrafas, mas também com relação aos Taquígrafos; com relação aos Dentistas; às Médicas; às Fisioterapêuticas; às mulheres de serviços gerais. Esta Assembléia, em nenhum momento, se colocou contra as mulheres e se não estão aqui alguns Deputados fisicamente presentes a esta Sessão, podem estar, neste momento, desenvolvendo algumas ações junto a alguma Secretaria, junto a alguma Prefeitura, junto a alguma entidade, ações essas que podem estar direcionadas, inclusive, aos interesses das mulheres deste Estado e deste País.

Portanto, pessoalmente entendi que a Dra. Izabel colocou o seu ponto de vista de alguma forma a deixar dúvidas quanto à postura dos nossos parlamentares, ao seu comportamento ou aos seus compromissos para com a causa da mulher. O nosso compromisso é com a causa da mulher, é com a causa do homem. Se nós temos o problema da mulher, nós temos o problema do homem. E esta Presidência quando chamado pela Deputada Emilia Belinati, não vacilou um segundo sequer a abriu o espaço para que esta solenidade acontecesse dentro de uma Sessão Plenária, para com isso demonstrar o respeito, o carinho e o amor que nós temos pelas nossas mulheres e por todas as mulheres deste nosso País e deste mundo.

Está encerrada esta parte reservada ao Dia Nacional Contra a Violência.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Gostaria de agradecer a presença de

todos os visitantes que vieram nesta tarde, para ouvir ou para se manifestar, contra a violência em nosso Estado, em nossa cidade, em nosso País. Quero cumprimentar a todos pelo entendimento, pela consciência de que mudança neste País passa pela mudança de mentalidade do povo brasileiro e de que todos nós, como cidadãos, devemos fazer parte desta mudança, da mudança da situação de violência com que vive este nosso País. Queremos agradecer ao Presidente da Casa, pelo entendimento pela compreensão de ter cedido esse espaço, nesta primeira hora para que pudéssemos juntamente com a sociedade, com a comunidade nos manifestar aqui e aos companheiros Deputados pela presença e pela participação.

Queira Deus que, num tempo muito breve, não tenhamos que voltar a esta Casa para debatermos este assunto e colocar-nos aqui contra a violência que hoje impera em todo o País.

Muito obrigado pela presença de todos pela participação e, principalmente aos companheiros Deputados e ao Presidente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao 1º Secretário, Deputado Júlio Bifon, para que dê ciência de Mensagem recém-chegada de autoria do Senhor Governador Roberto Requião.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - (Lê):  
"MENSAGEM Nº 071/93

Curitiba, 18 de outubro de 1993.  
Senhor Presidente,

Através da presente, venho, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar a esta augusta Assembléia Legislativa, autorização para me afastar do País, no período de 08 a 20 de novembro próximo, com destino à Itália, a fim de, em Modena e Milão, atender convites no sentido de realizar contatos com autoridades locais e tratar de assuntos de interesse do Estado.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado ORLANDO PESSUTI  
Digníssimo Presidente da  
Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL"

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças, tem a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Srs. representantes da imprensa fala

da, escrita e televisionada, senhores funcionários. Srs. parlamentares.

Em data de ontem, em memorável convenção, o meu Partido, o Partido da Social Democracia Brasileira, realizou o encontro de companheiros de todas as latitudes do nosso Estado, trazendo através de seus delegados a vontade e a palavra de ordem das bases eleitorais, das lideranças mais expressivas do nosso Estado, num movimento de baixo para a cúpula no sentido de movimentar e sacudir mais uma vez o PSDB.

Após o sufrágio por unanimidade da chapa única escolhida pelo consenso dos convencionais, constituiu-se.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito atenção ao Orador que se encontra na tribuna.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Constituiu-se o Diretório Regional do PSDB do Paraná e Executiva, com os seguintes membros Presidente, Hélio Duque; 1º Vice-Presidente, Theobaldo Machado; 2º Vice-Presidente, Genor de Cima; Secretário Geral, Ary Vellozo Queiroz; 1º Secretário, João Elias Oliveira; Tesoureiro, José Boiko; Vogais Álvaro Neuman e Flávio Arns; Suplentes, Ney Almeida, Carlos Alberto de Souza, Arcínio Muratori, Wilson Moreira Líder de Bancada, Deputado Alceu Swarowski.

Concorriam duas chapas, com companheiros que apenas divergiam quanto ao método de atuação dentro do nosso Partido.

Uma, liderada pelo Deputado Federal Deni Schwartz, acompanhada pelo prestígio de José Richa; e a nossa liderada por Bonfim, com o apoio do Dep. Federal Flávio Arns e outras lideranças partidárias.

E, por vontade unânime, surgiu o consenso partidário fazendo uma mudança estrutural dentro dos nomes tradicionais do PSDB do Paraná. E surgiu uma chapa eclética, completamente de renovação na direção de nosso partido. Por consenso foi sufragado o nome de Presidente ao Hélio Duque. Vice-Presidente, primeiro deles, Teobaldo Machado. Segundo Vice-Presidente, Agenor Decima, Secretário Geral do Partido o Ary Queiroz. Primeiro Secretário, João Elias de Oliveira. Tesoureiro, José Boiko. Vogais, Álvaro Loyman e Flávio Arns. Suplentes, Nely Almeida, Carlos Alberto de Souza, Arcílio Moratori e Wilson Moreira. E, líder de bancada, este Parlamentar que lhes fala.

Tivemos a grata satisfação de receber o Deputado Ovídio Constantino, representante do PT e também o ex-Prefeito Jaime Lerner, que vieram prestigiar aquele conclave político de congraçamento, embora direcionado para um partido político, mas acolhendo todas as tendências políticas do Paraná com respeito, com admiração, porque

às vezes os meios e os rumos são diversos, mas os objetivos nossos são comuns e se resumem no bem do Paraná e do Brasil e no bem-estar de sua gente.

Era isto que queríamos trazer a esta Casa, a certeza que este partido que hoje já conta com 44 Deputados Federais, portanto, no âmbito nacional, 9 Senadores, 5 Prefeitos de Capital, inclusive da capital da Bahia, é uma força jovem, amadurecida nos embates das lutas partidárias e será uma das grandes opções não só aqui no Paraná, como no Brasil, para a renovação dos métodos políticos da nossa querida Pátria. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, companheiros Deputados.

Neste momento comunico oficialmente à direção da Casa e também aos demais Deputados o desligamento do PL. Hoje pela manhã já oficializei também junto ao Tribunal Regional Eleitoral o meu desligamento e também oficieei ao partido o desligamento deste Deputado do PL. Permanecerei sem partido até a hora que achar devido e adequado. Quero registrar que o PL, Partido que me recebeu, acolheu-me de braços abertos, sou grato, é um partido limpo, claro, transparente. Pena que o partido no Paraná é um pouco desorganizado e nos causaria problemas talvez na disputa de uma eleição no ano que vem.

Por este motivo me desligo e fico sem partido até a hora devida e adequada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já recebeu o requerimento de V.Exa. e dará ciência no momento oportuno ao Plenário.

No Horário da Liderança do PTB concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero parabenizar a ilustre Deputada Emilia Belinati por trazer hoje aqui um tema sobre a violência. Mas concordo com a doutora Isabel em parte, quando ela vem a este Parlamento e com muita propriedade, não só hoje que é o Dia da Violência. Esta cascata e esta balela de Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia do Negro, Dia do Branco, Dia do Racismo, Dia do Penitenciário, - para mim, todos os dias são iguais. Temos que combater a violência a cada segundo neste parlamento e em qualquer parlamento brasileiro. Esse parlamento sempre debateu aqui a violência, através do Deputado Algaci Túlio, através do Deputado Luiz Carlos Martins, através do Deputado Carlos Simões, nós que vivemos mais a área policial, permitam-me os Senhores, que vivemos

mais a área da violência, nós, a própria imprensa que sempre está aqui, eu me dirijo mais à crônica policial. Todos os dias nós gritamos o grito do alerta, contra qualquer que seja a forma de violência e hoje a Deputada Emilia trouxe mais um dia de alerta. É importante esse alerta, não porque não estejam aqui todos os Senhores Deputados. Concordo com o Presidente da minha Casa, em que cada qual deve estar ainda na sua cidade de origem, resolvendo os seus problemas, mas devem estar cada qual, solucionando o seu problema. Tenho certeza que esse parlamento é sério e que todos os Deputados, como disse o Deputado Orlando Pessuti, cada qual está preocupado na sua área, na sua maneira de tentar realizar, de tentar construir os seus ideais.

Quero pedir perdão à Deputada Emilia. A minha vida é o Plenário e o gabinete, porque existem várias formas, no meu gabinete, de violência: a violência da saúde, a violência da fome está lá no meu gabinete. A violência de um queimado que chegou agora, totalmente rasgado nos seus direitos. Também é uma violência, que não conseguiu, dentro da sua Constituinte, o direito de ter um médico, o direito de ter uma malha para salvar a sua vida. Então, eu estava preocupado entre o meu gabinete e o Plenário. Por isso peço perdão a Senhora, mas divulguei que a senhora estaria aqui hoje realizando este Encontro e este Encontro é um grito de alerta. É um grito de alerta que a Senhora trouxe a esse parlamento, mas repito, todos os dias nós temos que lembrar da violência. Não é só a violência contra a mulher. Não. Nós deixamos de aprovar aqui o projeto "A Casa do Abrigo". Não é porque seja do PT. Não. A "Casa do Abrigo" em favor da mulher espancada, esmurrada e desgraçadamente violentada.

Conversava essa semana com o Prefeito Rafael Greca e ele vai mandar fazer em Curitiba a primeira Casa do Abrigo para a mulher violentada nos seus direitos. Isso é importante, Deputado Algaci. A criação dessa casa é importante. Nós deveríamos ter em todo o Estado do Paraná, uma Casa do Abrigo para quando a mulher for espancada, rasgada, violentada nos seus direitos, ela ter um lugar para se amparar, com advogados, com psicólogos com assistentes sociais.

Não é só esta forma de violência. Existe uma outra forma de violência que é a compra e venda de Deputados. Existe uma outra forma de violência, que é a violência do orçamento do Congresso Federal, um dos maiores escândalos que eu vi na minha vida, ao ler a revista VEJA e a FOLHA DE SÃO PAULO de hoje. Que pouca vergonha, que violência! Que violência infernal! Hoje eu

vi uma outra forma de violência. O ex-Prefeito Antônio Belinati que tem seu programa de televisão, comentava e me chamou a atenção. Saí correndo para pegar o jornal e vi que no Rio de Janeiro, um traficante trouxe uma nova modalidade de droga agora, que é mais forte que a própria cocaína e lá no Rio de Janeiro, eu não sei o traficante atira no exército, afronta a justiça, mata a polícia, eu não entendo e nós não temos um programa completo em Brasília, específico, para combater esta desgraça, este cancro que eu já passei na carne, e dou a minha cara para bater, não tem um programa específico neste País, para combater a violência das drogas.

Tanto é que o Deputado José Tavares, que é da minha cidade, eu conversava com ele nesta semana, ele está tentando fazer um leilão de tudo aquilo que foi apreendido dos traficantes do Paraná e lamentavelmente Brasília, o ninho da corrupção barra o Deputado Tavares para que ele faça esse leilão, e com esse dinheiro nós vamos construir o Hospital da Vida, que é o projeto do meu sonho, elaborado, Deputada Emilia pelo Dr. Herbert Soares Vargas, uma das maiores capacidades em toxicologia do Brasil, que eu tive a satisfação de participar com ele de vários congressos neste País.

É tanta forma de violência, é tanta desgraça. Diz aqui o promotor, Dr. Cândido Furtado Maia Neto, do Ministério Público do Estado do Paraná que muito honra e dignifica o Ministério Público, ele está me ajudando num trabalho muito sério a respeito do sistema penitenciário, diz aqui Alborghetti, a violência nasce e se procria através de planos de governo.

Se o governo vai mal, a população também vai mal. Se o homem, a mulher, a criança estão maus, o bairro está mau, se o bairro está mau, a cidade está mal, se a cidade está o Estado está.

Nós temos que falar a verdade, existe o Paraná da mentira e o da verdade, existem dois, não adianta enganar, o da mentira e o da verdade. Existe o Brasil da mentira e o Brasil da verdade. E o Doutor Cândido está certo quando ele diz, a violência nasce e se procria através de planos de Governo.

Como é que você vai acreditar. Hoje eu cheguei a uma conclusão que o Collor é trombadinha e o PC é um pixote da vida.

Depois que li o escândalo do orçamento em Brasília, aonde Governadores, Senadores, Deputados que estão numa lista numa folha de São Paulo, corromperam, deram dinheiro para elaborar alguma forma, algum meio de entrar no orçamento e o cidadão que está preso, lá, diz que ganhou milhões e milhões em dólares, para corromper o orçamento federal! Meu Deus, De-

putada Emilia! O seu alerta, hoje, é importante. Mas, é importante para tudo...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lhe concede dois minutos, para terminar.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, Senhor Presidente.

O seu grito de alerta, Deputada Emilia, é importante! Como é importante o grito do Deputado Toti, do Deputado Paulo, do Deputado Severino, do Deputado Nelson, de todos os Deputados, todos, todos os Deputados que estão aqui, Deputado João Iensen, cada um dos Senhores tem um grito dentro da garganta! Cada um dos Senhores tem um grito para soltar! Quem é que não tem? Está mal o Brasil! O Brasil está falido! O Governo que aí está, e eu votei nele. Arrependo-me! Fui rasgado, violentado com o meu título de eleitor!

É importante a Deputada Emilia fazer este grito de alerta contra a violência. É a violência contra a mulher, num País maravilhoso como este, Deputada Emilia, virou "status" fazer a campanha contra a fome. Quem participa da campanha contra a fome, aparece na Globo. Quem não participa, não aparece.

É inédito, neste País! Agora é que foram descobrir que o povo está passando fome. Eu descobri desde quando me elegi vereador de Londrina, que havia a fila da fome! Se faz Projeto, como a Casa do Abriço, do Deputado Rosinha, não pode, porque isto estraga programas! Vamos dificultar. Dinheiro não dá. E tantas outras idéias que cada um dos Senhores Deputados tem dentro de si, Deputado Algaci Túlio, Deputado Kielse, Deputado Ernani, todos nós temos idéias.

Então, eu quero só finalizar dizendo a Senhora Deputada Emilia, que é importante este grito de alerta, nesta parte, Deputada Emilia, e isso que fique entre nós, Deputada, entre quatro paredes, eu tenho certeza, Deputada Emilia, que o seu grito, hoje, varou este concreto. Alguém lá fora vai ouvi-la. Alguém lá fora vai saber que este Parlamento está com a Senhora. Alguém lá fora, mesmo que esta parede seja de concreto, como disse o Deputado Orlando Pessuti, esta Casa sempre esteve de concreto, como disse o Deputado Orlando Pessuti, esta Casa sempre esteve aberta para debater, aqui, qualquer que for a forma de violência que desintegre a moral, os princípios e a dignidade da família brasileira, do meu Estado, eu tenho certeza de que este grito de alerta de V.Exa., Deputada Emilia, vai varar este concreto, e o Paraná e o Brasil vão saber que hoje, aqui, nós debatemos não só a violência contra a mulher, mas a violência contra os polí-



ticos corruptos, a violência contra o negro, contra a mãe branca, contra o trabalhador, contra o bôia-fria, contra o salário desgraçado que ganha o funcionalismo público do meu Estado, que é a luta do Deputado Paulo Maia e de tantas outras formas de violência.

Tenho certeza, minha querida Deputada, avó, mãe, minha confidente, Deputada Emilia, o seu grito de alerta haverá de atravessar este concreto e vai servir como um grito de alerta a outros Parlamentos, Parlamento de gente que tenha vergonha na cara! Vergonha na cara! Honre o voto que recebeu nas urnas, e que realmente defenda a moral e os princípios da família brasileira. Meus parabéns e meus respeitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário da Liderança do PTB, concedemos a palavra ao Deputado Lourenço Fregoneze.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Lê): "Senhor Rhoor Presidente e Senhores Deputados.

No último dia 15, comemoramos o dia do Professor. Neste dia, na condição de representantes da população, que se estenda ao professorado heróico do Paraná, (que está obrigado ao cumprimento de uma política educacional contraproducente, que não vê o resultado pedagógico que interessa ao aluno, mas e desgraçadamente, resultados que têm em vista as futuras eleições), quero convidar os nobres pares para que, lastreados num trabalho do físico Sérgio Costa Ribeiro, façamos uma reflexão sobre as razões que levaram os vagões do ensino fundamental ao descarrilhamento...

"Neste mundo novo, a sobrevivência econômica está ligada, como jamais esteve, à competência da mão-de-obra e até dos consumidores - portanto de populações inteiras. A educação fundamental - quer dizer o ensino universalizado e eficaz do idioma, da matemática, das ciências virou condição prevaiente do desenvolvimento econômico...

O Brasil está neste momento jogando o futuro ou a sobrevivência no desafio de fazer sua revolução pedagógica. Até hoje, ele sempre contornou o problema. Por sua origem colonial portuguesa, não sofreu influência das revoluções liberais do século XVIII. A educação que chegou aqui, trazida pelos Jesuítas, impregnada de contra-reforma, não pretendeu sequer se ocupar da competência da população em geral. Faltava a necessidade de formar exércitos competentes para a defesa ou para a conquista, a colônia dispensava uma burocracia ampla e capaz, o modelo econômico extrativo, latifundiário e escravocrata não pedia mão-de-obra qualificada.

Ruim com os Jesuítas, pior sem eles. A educação brasileira acabou sofrendo rude golpe com as reformas do Marquês de Pombal, o secretário português de negócios estrangeiros que substituiu na colônia os Jesuítas por leigos mal remunerados e completamente despreparados.

Nossos problemas educacionais começaram nos séculos XVIII e XIX a ficar mais parecido com os de hoje.

Nunca até hoje, houve no Brasil uma tentativa séria de promover um acordo político e social que complementasse a formação do Estado Nacional. Por isso, nunca se pensou na educação como complemento a um projeto desses. Na década de 50, o programa acelerado de substituição de importações trouxe tecnologia já pronta. Logo, dispensou a educação das massas. No golpe militar de 1.964, havia planos, metas e projetos de modernização do País. Mas a idéia era construir uma Nação com grandes obras de infra-estruturas, que exigiam competência gerencial e tecnologia de elite. A consequência foi a fantástica expansão do ensino superior, em contraste com o descaso pela qualidade do ensino básico.

O Ensino superior acabou atrofiando os graus anteriores do ensino. Gasta-se com a escola básica, que atinge 28 milhões de alunos, 0,8% do PIB, em todas as esferas administrativas. Com as instituições federais de ensino superior, para 300.000 alunos, gasta-se 0,6% do PIB. Pode-se até considerar aceitável que a educação superior custe anualmente US\$ 8.000 dólares por aluno... inaceitável é que a escola básica custe setenta vezes menos.

Essas contas mostram ao mesmo tempo a irracionalidade da política educacional e a sua lógica, compatível com o modelo de sociedade que temos.

É incontestável que o desinteresse pela educação básica vem da falta de um projeto de País em que os cidadãos adquirissem, na escola fundamental, os requisitos para a democracia. Se pudesse ficar indefinidamente fechada em si mesma, essa situação poderia continuar torta, mas em equilíbrio. Porém os novos paradigmas mundiais de produção tornam isso impraticável.

O Brasil está em enorme desvantagem em relação ao primeiro mundo. Ao ritmo atual, o País só chegaria por volta do ano 2.100 a dar o 1º grau completo a 95% de sua juventude. O 2º grau completo para 90% de uma geração ficaria para 3.080 - da era cristã, presume-se... e esses já são, agora, os índices do primeiro mundo e dos tigres asiáticos.

Há sessenta anos o Brasil apóia sua política em estatísticas equivocadas. Difundidas pelo governo e aceitas até pelos

especialistas em educação no meio acadêmico, elas se tornaram um importante argumento político para justificar prioridades totalmente desvirtuadas das necessidades reais do sistema escolar, ajudando a transformar o problema da educação em moeda de barganha eleitoreira. Além disso, escondem sintomas importantes de nosso autoritarismo social e endossam um processo que faz da criança e de sua família verdadeiras vítimas do aparato escolar.

Os primeiros dados relativamente confiáveis sobre a escola brasileira datam do senso educacional de 1.931, um ano, depois da criação do Ministério da Educação. Sobre eles, aplicaram-se métodos de análise totalmente inapropriados, copiados de algum país europeu - provavelmente a Inglaterra. Nessa metodologia, compara-se a matrícula total a 1.<sup>a</sup> série, num certo ano, com a matrícula total da 2.<sup>a</sup> série, no ano seguinte e deduz-se que isso mostre a evolução escolar de uma geração de alunos. Fatal equívoco. A matrícula na 1.<sup>a</sup> série não contém apenas alunos novos, mas inclui repetentes. Há uma repetência brutal: mais de 50% dos alunos da 1.<sup>a</sup> série chegam a ser repetentes.

A conta produz resultados tão inconsistentes com a realidade demográfica do País que o número de alunos novos na 1.<sup>a</sup> série chega a ultrapassar em 70% o número de brasileiros com 7 anos de idade.

Nas séries seguintes, a proporção de repetentes diminui gradativamente, mas o fenômeno permanece, vem dessa ilusão estatística o mito de que entre a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> séries da escola fundamental ocorre uma evasão de metade dos alunos.

É uma tolice inaceitável, mesmo para os padrões da estatística da época. Mas continua a ser repetida por governos até hoje. Com uma persistência que denota existirem por trás dela interesses políticos, alienação acadêmica e mercantilismo educacional...

Os dados "demonstram que existe na cultura escolar brasileira uma "pedagogia de repetência" em todos os estratos da sociedade. Ela convém a políticos e empreiteiros. Não existe evasão precoce da escola. O que há são tremendas taxas de repetência que deformam as estatísticas fazendo as autoridades enxergar alunos novos onde o que há é repetentes em excesso.

Isso esvazia as séries mais altas e cria alunos para as mais baixas. O brasileiro faz o possível para se educar. A escola, na sua incompetência, é que não ajuda..."

Neste Paraná de desgoverno, ou de incompetência exacerbada, a educação e o ensino fundamental vêm sendo manobrados irresponsavelmente, ao sabor dos interesses menores. No Paraná o aluno passa por

Decreto, que é a solução encontrada para evitar a repetência e de tentar demonstrar uma eficiência educacional que não existe. O Paraná está perplexo com a decisão e sabe que esses são os interesses apenas do Secretário da área e do Governador... ambos ávidos em tirar proveito de medida da fachada, que repercutem no período eleitoral.

A educação vista como um projeto destinado ao cidadão do futuro e ao país, essa não está sendo visada no Paraná de hoje.

Diante das situações paradoxais, que têm em vista, evitar a repetência; diante de todos os desatinos cometidos em nome da educação, já condenados pela população que sabe que tais medidas são retrógradas, e estão no mesmo tamanho da involução do Estado nos últimos três anos e meio; diante de todas as incertezas, neste dia consagrado ao professor, faço meu apelo mais sincero.

Esse apelo é para o professor das salas de aula, desestimulado pelas poucas condições de trabalho, é para essas pessoas - homens e mulheres - que resolveram fazer do magistério um apóstolo e que têm conhecimento que sua messe será pouco reconhecida, para que continuem iluminados, determinados a conseguir - longe das vantagens pecuniárias - os objetivos maiores circunscritos à formação das gerações que aí estão e, àquelas que hão de vir ...

Meu apelo, Senhores Deputados, no dia consagrado ao professor, é para aquele que tem funções Governamentais no sentido de não se deixar levar por esses cantos de sereia que, de vez em quando, nascem e crescem na cabeça de políticos despreparados para a nobre missão de governar...

"Neste fim de século XX, depois de perder todas as oportunidades históricas anteriores, o Brasil precisa mais do que nunca tratar a educação básica como investimento indispensável a qualquer país que pretenda um lugar no mundo moderno.

Porque nunca a educação foi tão decisiva para construir uma economia próspera e uma democracia participativa, fundada no pacto dos cidadãos..."

Ao repetir as palavras do físico Sergio Costa Ribeiro, no Livro "Reflexões para o Futuro" eu quis fazer, ao lado dos Senhores Deputados uma reflexão sobre o ensino neste Estado e, simultaneamente, aproveitar o espaço deste pronunciamento para agradecer o trabalho de cada professor... do professor do ensino fundamental, ao professor do ensino superior... o Brasil está precisando cada vez mais deles. Será por eles o caminho do progresso que precisamos; será através deles que nos inscreveremos como nação verdadeiramente grande.

Salve o professor do meu Estado e de todos os nossos municípios. Que Deus continue iluminando-os.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência, com satisfação, registra a presença do Doutor Luiz Felipe Haj Musisi, ex-Presidente do PSDB, Diretor Regional do Paraná e ex-Secretário de Segurança Pública de nosso Estado.

Registra também com satisfação a presença entre nós do ex-Prefeito de Faxinal, Juarez Barreto de Macedo.

Liderança do PFL.

(Declina).

Liderança do PMDB.

Deputado Edson Silva Lino.

O SR. EDSON SILVA LINO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna no Horário da Liderança de meu Partido para externar minha alegria e satisfação pelo roteiro que fizemos com o nosso vice-Governador, Secretário dos Transportes, no Vale do Ivaí. Acompanhado pelos Deputados Orlando Pessuti e Antonio Costenaro Neto. Quando da visita do Secretário no Vale do Ivaí, percorrendo todas as rodovias, que num passado bem curto, estavam totalmente deterioradas.

Hoje, para nossa satisfação, o Vale do Ivaí, os 23 Municípios que compõem o mesmo, estão totalmente interligados, com asfalto recuperado.

Portanto, é motivo de alegria para as lideranças políticas da Região e principalmente para o povo que se utiliza daquela malha rodoviária.

Na quarta, na quinta e sexta-feira, quando percorremos os 23 municípios, na companhia do Mário e de seus Secretários de segundo escalão, pudemos observar o trabalho e o que a Secretaria fez no Vale do Ivaí.

É importante a visita tanto do Deputado e das lideranças e também do Secretário e de seus assessores, para ver de perto as realizações do Governo, com custo baixíssimo por administração direta. Na pessoa do Governo do Estado, o Secretário Mário Pereira pode efetivar um dos melhores trabalhos.

O nosso Vale, que há um ano era a vergonha das estradas paranaenses, hoje podemos ressaltar uma alegria e satisfação de que é uma das melhores do Paraná. Não tem mais buracos no asfalto quando, há meses, tínhamos que andar um a dois quilômetros no acostamento por falta de recuperação.

O Mário, atendendo o pedido da integração Edson-Pessuti-Costenaro, viabilizou aquela obra, para alegria da população e para nossa alegria.

Sabemos que recuperar asfalto não dá voto. Não dá IBOPE. Portanto, a maioria dos governos prefere fazer novas estradas do que recuperar as velhas.

O Governo Roberto Requião, juntamente com o vice-Governador e Secretário dos Transportes, estão fazendo o contrário. Em que pese não estarem fazendo novas estradas, estão recuperando a malha que estava totalmente deteriorada. Tenho certeza de num curto espaço de tempo...

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Vossa Excelência faz um relato da visita do vice-Governador Mário Pereira ao Vale do Ivaí e eu gostaria de acrescentar nessa importante obra que foi o recapeamento do asfalto, em Vale do Ivaí e eu diria que por volta de 400 quilômetros estão sendo executadas rodovias rurais e posso afirmar, uma coisa extraordinária a readequação de estradas, coisa a mim, nunca visto no Paraná, principalmente na nossa região. Estou somando e o Pessuti também, com Vossa Excelência.

Nossa homenagem ao vice-Governador, esse homem público extraordinário que fez com que o vale do Ivaí, já forte, já unido mas desta forma, mais, limpo. A gente, caminhando junto, como disse ele em determinado momento, fazíamos "bate bola", falando das necessidades e visitamos, na verdade, acredito que 100 a 110 obras, divididas em vários trechos em toda a região. Vendo - o vice-Governador que foi lá - o buraco, vendo a ponte, vendo o que estava se fazendo, foram três dias e tenho certeza, para os Srs. também. A gente sabia e acompanhava, mas vendo "in loco", com os técnicos, a integração. Fico feliz que Vossa Excelência vá à tribuna dar essa mensagem a todos os parlamentares, porque no Vale do Ivaí nós temos tido atendimento da melhor qualidade no Governo Requião e seus Secretários.

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentar Vossa Excelência por ter vindo à tribuna, como disse o Deputado Costenaro, para mostrar e para falar das obras que o governo do Estado vem fazendo e ao mesmo tempo que o cumprimentamos pelos benefícios que leva ao Vale do Ivaí e quero fazer um relato das obras que o governo do Estado vem fazendo na região Metropolitana.

Ainda hoje tive a oportunidade de acompanhar o Governador Requião e Vice Mário Pereira em visita a algumas obras da região Metropolitana. Ainda hoje o Governador deu ordem de serviço para restaura-

ção de uma importante estrada que é a estrada da Uva que liga Colombo a Curitiba. Também a ligação asfáltica de Colombo a Almirante Tamandaré está sendo concluída. Também o Contorno Norte, onde vai desviar o trânsito pesado de Curitiba, ligando Campo Largo, na 277 à 116 saindo na Colônia Faria.

Também estivemos com o Governador e vice-Governador e Secretário de Transportes, visitando as obras da 376 que estão em ritmo acelerado e tantas outras obras como agora, nos próximos dias. O Governador dará início à ordem de serviço numa importante rua em Pinhais, que liga Colombo com a Av. Maringá e também com a Av. Afonso Camargo.

Enfim, obras e mais obras e é isso que nós queremos. Queremos cumprimentar o Governador Requião e vice-Governador Mário Pereira e Secretário de Transportes.

O SR. EDSON LINO - Podemos observar que o Paraná se tornou um canteiro de obras e precisamente no Vale do Ivaí, mais de 200 quilômetros de estradas foram recuperadas. Como disse o colega Costenaro, o calçamento rural com pedras irregulares e pudemos trafegar por muitas delas com facilidade, com automóvel e fica comprovado que todo prefeito que queira fazer, tem recurso, é viável e a estrada fica boa. E as estradas que estavam em situação calamitosa, passaram hoje a estar com condições de tráfego, a qualquer dia, a qualquer tipo de tráfego.

Portanto, nós não temos palavras, em nome daquela população do Vale do Ivaí, que nós amamos, que nós respeitamos e que nos elegeu e que lá nós vivemos, ao longo da nossa vida, há mais de 26 anos e que todo final de semana nós lá estamos e nós sentimos as agruras quando aquilo estava totalmente deteriorado, para ir a minha Cidade de Grandes Rios, tinha que andar 1 Km fora da estrada, no acostamento, porque estava deteriorando. Hoje, para nossa felicidade, nós temos condições de, com qualquer tipo de automóvel, ir até lá e também ir aos quatro cantos do Vale do Ivaí e não servindo só ao Vale do Ivaí, servindo à Região Noroeste, ao Norte.

O Governo Requião não tem feito obras faraônicas mas tem feito obras que vêm de encontro aos anseios da comunidade. Obras pequenas mas que no conjunto se tornam grandes, porque servem à totalidade da população. A recuperação do asfalto é um fato. Inúmeras outras obras, como no início do mês, nós pudemos, na companhia de Maurício Requião, também percorrer a Região e lá inúmeros convênios foram assinados para a reconstrução de salas de aula, que hoje já passam da casa de 4 mil já recuperadas.

E, na semana passada, também na companhia do Deputado Pessuti, do Deputado Costenaro pudemos levar todos os prefeitos do Vale do Ivaí lá em Londrina no escritório da FAMEPAR, para lá viabilizar convênios com todos os municípios através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para viabilizar obras de infra-estrutura em benefício da população.

Portanto, fica aqui registrada a minha satisfação, a minha alegria com o Governo do Estado, com todo o seu secretariado de que é necessário que todos os Deputados divulgem o trabalho que o Governo está fazendo, porque, de repente, por pessoas mal informadas dá a impressão de que o governo não está fazendo obras porque pensam que obras são só aquelas de grande porte e as grandes empreiteiras faturam. Não, as obras são as pequenas, que parecem pequenas aos olhos dos grandes; mas são grandes aos olhos do conjunto da população que utiliza o seu dia-a-dia para construir um Paraná melhor, um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Fim do o Horário das Lideranças. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 071/93, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para afastar-se do País, no período de 08 a 20 de novembro próximo, para tratar de assuntos de interesse do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 67/93, subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, comunicando sua supressão como 2º suplente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, uma vez que em 05 de outubro próximo passado, esta liderança indicou, por um lapso, um membro a mais. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 2315/93, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 de corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando seu desligamento do P.L., a partir desta data. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Colombino Grassano, Nelson Justus, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando o adiamento das Proposições de Veto nº 052/93, 058/93, da presente sessão, reincluindo-as na Ordem do Dia de amanhã. **Aprovado.**

Diante das manifestações do Plenário, as Proposições nºs 52 e 58 da Ordem do Dia de hoje, itens 1 e 2 da pauta, figurarão na Ordem do Dia de amanhã.

Passaremos à apreciação da matéria onstante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização de pedra brita e areia, utilizada na construção de moradias populares no Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F.. Emendas de Plenário com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J. apreciar neste turno a Emenda Substitutiva nº 02 de Plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 039/93

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

P A R E C E R:

A Emenda ao Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a alíquota do ICMS, para até 7%, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

O projeto foi aprovado em 1.<sup>a</sup> discussão, e a emenda nº 1 foi apresentada dentro do prazo legal.

Sendo assim, nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da emenda e sua apreciação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Apoiamento: Cleiton Kielse, Nelson Garcia, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Toti Colaço, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Antônio Annibelli, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 039/93

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

P A R E C E R:

A Emenda do Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a alíquota do ICMS, para 7%, incidente na comercialização de pedra-brita e areia utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Sendo assim, nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da emenda substitutiva e sua apreciação pelo Plenário.

O Projeto foi aprovado em 1.<sup>a</sup> e (2.<sup>a</sup> discussão) e a emenda substitutiva geral decorrente no prazo legal.

Nestes termos, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Júlio Bifon, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, Toti Colaço, João Iensen, Emilia Belinati e Luiz Antonio Setti.

A Mesa recebe de autoria do Deputado Toti Colaço o requerimento de retirada por 6 sessões deste projeto de lei. A Mesa deixa de receber o requerimento tendo em

vista o que dispõe o nosso Regimento Interno, este projeto encontra-se em fase de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Gostaria de apelar a V.Exa., a exemplo do que já aconteceu em outras sessões, de se colocar em votação no plenário a sua decisão, com base no Art. 120, do Regimento Interno, para que a este projeto de lei apresentem-se emendas por parte dos parlamentares de grande interesse do Estado do Paraná.

Entendemos e acatamos a decisão da Mesa; mas gostaríamos que V.Exa. colocasse a sua decisão para apreciação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, a pedido da Questão de Ordem de V.Exa., submeterá à apreciação do plenário a nossa decisão. Mas alerta ao Deputado que estando o Projeto em fase de votação, o mesmo, mesmo retornando daqui a um mês, dois meses, três meses não poderá mais ser emendado por este plenário já que está em fase de votação, esgotando-se, portanto, o prazo para emendas.

Esta Presidência submete ao Plenário a sua decisão.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à decisão da Mesa em não receber o Requerimento do Deputado Toti Colaço, permaneçam como estão e os que forem contrários que se levantem.

Está rejeitada a decisão da Mesa. A Mesa recebe o requerimento.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Requeiro verificação de votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Requeiro chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Justus) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Há uma dúvida com a Liderança do PT quanto a nossa votação ocorrida agora e a posição... O que foi votado foi a decisão da Presidência de não receber o requerimento. Então foi votado, pela nossa votação, a maioria rejeitou a decisão do Presidente de não receber o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente, diante disso a Mesa recebeu o requerimento e o colocará em votação para saber se a votação será ou não adiada.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Retiro a Verificação de Votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Retiro a Chama-

da Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo a retirada da Chamada Nominal e da Verificação de votação, a presidência comunica mais uma vez que a sua decisão não foi aceita pelo plenário e recebe o requerimento de autoria do Deputado Toti Colaço, o qual será submetido a discussão e votação neste momento.

O Deputado Toti Colaço, requer após ouvido o plenário, seja retirado por seis sessões, o Projeto de Lei nº 39/93 de sua autoria.

APROVADA a retirada da Ordem do Dia, com voto contrário do Deputado Colombino Grassano.

Fica portanto, adiada a discussão por 06 (seis) Sessões do Projeto de Lei nº 039/93.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.O.. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 367/93, de autoria do Deputado João Iensen, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor Ivo Luiz de Souza. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 415/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem-Estar do Menor do Município de Pinhão - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 434/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ampére. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 445/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 490/93,

de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional Duque de Caxias. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 499/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Promocional e Assistencial de Toledo - APA, com sede e foro no Município de Toledo - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 501/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 506/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no Município de Pinhais, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 519/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Iguaraçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 530/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na Comarca de Faxinal - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM:**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 421/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 1526/93, que fixa, a partir de 1º de agosto de 1993, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal e Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

**VOTAÇÃO EM:**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº

011/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs. 510 e 511/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 510/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/93, que cria, na parte permanente do quadro geral de pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados nos hospitais universitários e das clínicas, ambos de Londrina e unidades da universidade estadual da mesma cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127, de 21.09.93 Mens.).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 510/93**

**P A R E C E R:**

O Projeto de Lei nº 510/93 de autoria do Poder Executivo na parte permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem providos nos hospitais universitários e das clínicas, ambos de Londrina e unidades da universidade estadual da mesma cidade.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário, louvando a atitude de se prover demanda de pessoal mediante concurso público, atendendo aos ditames contidos nos dispositivos legais das Constituições Estadual e Federal e lamentando, que o mesmo procedimento não tenha sido adotado em relação ao Projeto nº 399/93 que institui a criação de cargos de assistente de segurança pública, também de autoria do Poder Executivo.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 510/93**

**P A R E C E R:**



O Projeto de Lei em análise, oriundo da Mensagem Governamental nº 056/93, objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados nos hospitais universitário e das clínicas, ambos de Londrina e unidades da universidade estadual da mesma cidade.

Ao ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa, opinando assim favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 511/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/93. Cria, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 146 (cento e quarenta e seis) cargos de provimento efetivo os quais estão discriminados, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 127, de 21.09.93. Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 511/93

P A R E C E R:

Trata-se de Mensagem que visa criar, "na parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 146 (cento e quarenta e seis) cargos do provimento efetivo os quais estão discriminados, conforme especifica".

O projeto de lei em questão está dentro das regras estabelecidas no art. 87 da Constituição Estadual, especificamente em seu inciso VI.

Inexiste óbice de natureza legal ou constitucional para sua apreciação em Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 511/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade criar 146 cargos de provimento efetivo na parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação neste Poder Legislativo.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 056/93. Torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno na rede estadual de ensino, conforme especifica. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.93.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 181/93. Aprova o crédito suplementar no valor de CR\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da FASPAR, conforme especifica. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 47, de 12.05.93.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 471/93, de autoria do Deputado Eurides Moura. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção Materno - Infantil A.P.M.I.. Com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 122, de 13.09.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 471/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Eurides Moura, o Projeto de Lei nº 471/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção Materno - Infantil "A.P.M.I.", com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender ao disposto na lei 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 477/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariaíva - APAE, com sede e foro no Município de Jaguariaíva. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 122, de 13.09.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 477/93

P A R E C E R:

De autoria do Dep. Erondy Silvério, o Projeto de Lei nº 477/93 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a As-

sociação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariaíva - APAE, com sede e foro no Município de Jaguariaíva - Pr.

Da análise do referido projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais da Lei nº 6994/78, e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 482/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crysóstomo. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Guairaçá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 13.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 482/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Guairaçá.

Em sessão desta Comissão, realizada na semana passada, esta relatora solicitou ao autor que fosse anexado ao projeto o relatório de atividades da entidade, atendido nesta data e com possibilidade de ser exarado o devido parecer.

Após cumpridas as exigências da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 514/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Esportes, da Cidade de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127, de 21.09.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 514/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar Alceu Swarowski propõe Projeto de Lei nº 514/93, que visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Esportes, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Curitiba, segunda, em 18.10.93

Assim sendo, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 515/93, de autoria do Deputado José Alves. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. - com sede e foro na Cidade de Paigandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 515/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Alves, o Projeto de Lei nº 515/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Paigandu.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende a lei opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 516/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 516/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei do Deputado Nilton Barbosa tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMI de Rondon.

Esta Comissão foi chamada a se manifestar com relação à matéria, opinando favoravelmente à mesma.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente.  
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 526/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Nobre Dr. Jorge Schweizer. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 128, de 22.09.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 526/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Antonio

Setti, o Projeto de Lei n° 526/93, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Nobre Dr. Jorge Schweizer.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 543/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 543/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Miringuava- ASMIRIN, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Miringuava, designada abreviadamente pela sigla "ASMIRIN", tem sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, é constituída com o objetivo de defender os interesses sociais, cívicos e culturais da comunidade que abrange, bem como propugnar pelo bem-estar de todos.

Sendo assim, contamos com aquiescência dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 543/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 552/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 060/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.128.666,00 (três milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade de Artes do Paraná e Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 552/93

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental n° 60/93, o Projeto de Lei n° 552/93, de autoria do Poder Executivo, ora sendo analisado por este Relator, aprova em seu Art. 1°, um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 3.128.666,00 (três milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais), conforme anexo I.

Em seu art. 2°, diz que; servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da Faculdade de Artes do Paraná, no exercício de 1992, e de excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Em seu art. 3° - altera os Demonstrativos da Receita, conforme Anexo II.

Da análise proferida, constatou-se estar o presente plano de lei, em perfeita consonância com o disposto nos artigos 133 § 1°, e 135, V, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, este relator emite o seu parecer Favorável, a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 552/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.128.666,00 aos vigentes orçamentos da Faculdade de Artes do Paraná e Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação neste Poder Legislativo.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Em votação:

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Parece que foi necessário cair o telhado da Faculdade de Artes para poder suplementar a verba. Semana passada, desabou o teto da Faculdade de Artes. Felizmente, não fez nenhuma vítima, porque naquela sala não se encontrava nenhum dos alunos.

E, no sábado, estes alunos estavam numa via pública, na Rua XV, apresentando-se musicalmente e também mostrando o que fazem artisticamente, na questão de artes plásticas, que foi a maneira que estes alunos acharam para protestar, em função de o Governador não dar atenção necessária a esta Faculdade. Nós até acreditamos que esta verba será, provavelmente, insuficiente, uma vez que esperou o prédio desabar para reconstruí-lo. E isto é uma irresponsabilidade do Governo do Estado.

Portanto, seria necessário, provavelmente até se discutir melhor este Projeto. Nós votaremos favorável, mas o Governador tinha que mostrar para nós, Deputados, o quando custará agora a reconstrução daquele prédio, que desabou por irresponsabilidade da administração do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 561/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública, a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 561/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 561/93, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto,

Curitiba, segunda, em 18.10.93

constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais da Lei 6994/78, e sendo assim, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 562/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Terapeutas Naturalistas, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 562/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio e Projeto de Lei n° 562/93 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido Projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais da Lei n° 6994/78, e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 563/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que modifica o artigo 1° da Lei n° 9112, de 07 de novembro de 1989 (Utilidade Pública do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pinturas e dos Pintores de Parede, Metais, Madeiras e Letras no Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ no D.A. n° 131, 28.09.93).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 563/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa modificar o art. 1° da Lei 9112, de 07 de novembro de 1989, que passa ter a seguinte redação: "Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pinturas e dos Pintores de parede, metais, madeira e letras no Estado do Paraná".

A matéria encontra-se em conformidade com a Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Assim sendo, esta relatora opina favoravelmente pela aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 566/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 131, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 566/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo, o Projeto de Lei nº 566/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Cidade Gaúcha.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender ao disposto na Lei 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 568/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à Rita dos Santos Neves Haider. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 131, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 568/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 568/93, tem por finalidade conceder o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à Rita dos Santos Neves Haider.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 3900 a 3902, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3898 e 3996, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3897, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3912, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3914, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3916, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 3919 e 3920, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3921, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3928 e 3969, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3937, de autoria dos Srs. Deputados Oswaldo Trevisan e Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3904, 3938 a 3946, 3988, 3989, 3975 e 3976, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3950, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicito a V.Exa. que nominasse neste requerimento se consta pedido de urgência para votação do orçamento do Estado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Como o requerimento apresenta vários pedidos de urgência a vários projetos, seria interessante que fosse especificado um a um, para nosso esclarecimento.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Retiramos o requerimento e amanhã encaminharemos requerimentos individualizados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informaria aos Deputados que atende o pedido do Deputado Renato Adur que retira o requerimento para fazê-lo de forma individualizada e atendendo a questão de ordem do Deputado Colombino Grassano e Dr. Rosinha, responde que constava sim, do requerimento, o regime de urgência para o projeto de orçamento geral do Estado que seria, evidentemente, por nós excluído, dado que o mesmo tem um rito especial de tramitação nesta Casa.

Quanto aos demais projetos, todos aqui

estavam discriminados do que se tratava.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O que me levou a fazer a questão de ordem porque não se pode compreender que seja solicitada a questão de urgência para um projeto orçamentário que tem prazos e tem um rito todo especial para sua apreciação em plenário.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só para questão de esclarecimento. Compreendemos perfeitamente mas nada impede que este Parlamentar, esta Liderança, apresente este requerimento à Casa. Se o plenário aceitar, agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Luiz Carlos Martins...

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em função que o Regimento Interno especifica a tramitação de como se deve tratar o projeto, entendemos que deve, pelo bem da moralidade, respeitar o Regimento Interno com esse tipo de projeto de lei, porque de imoralidade, basta o que está acontecendo no Congresso Nacional e a Bancada governista para que quer nos comparar e levar no mesmo nível do que lá está ocorrendo. Vamos cumprir o Regimento Interno, porque os avulsos não chegaram para ser analisados. Pelo menos a Bancada o PT e a nossa Liderança, Deputado Ovídio Constantino, não recebeu. Estou ouvindo aqui, nem o PDT recebeu. Como já vamos votar regime de urgência para aquilo que recebemos. Chegou na Casa, mas nós, Deputados, não tivemos acesso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Florisvaldo Fier, esta Presidência, tão logo leu no expediente da Casa a mensagem que trazia até nós a proposta do Orçamento para 94, determinou a sua publicação pelo setor gráfico desta Casa. Isto era para ter sido feito na semana passada, mas em decorrência do problema que houve na Assembléia Legislativa por falta de energia, a gráfica não funcionou durante praticamente toda a semana passada, mas ainda hoje à tarde, a cópia da proposta do orçamento estará no gabinete de cada um dos senhores parlamentares desta Casa, porque foi esta a determinação nossa, de comum acordo com o Presidente da C.O., Deputado Nelson Justus.

Requerimentos n.ºs. 3905 a 3909, 3949, 3951 a 3954, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3955, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 3962 a 3968, 3970 a 3973 e 3977 a 3987, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3974, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n.ºs. 3991 e 3992, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 3996 e 3997, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4001, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 3999, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs. 052, 058 e 060/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 327/91, 421, 471, 477, 482, 510, 511, 514, 515, 516, 526, 543, 552, 561, 562, 563, 566, 568/93, e do Projeto de Resolução n.º 011/93.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 571/92.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1.993

CARTA DE JACAREZINHO

O Congresso Nacional está prestes a dar um golpe no povo brasileiro, ao tentar realizar uma revisão constitucional que não está prevista na Carta Magna do País.

A Constituição de 1988 previu apenas alterações, por maioria simples, em sessão unicameral do Congresso Nacional, se o plebiscito de 21.04.93 houvesse alterado a forma e sistema de governo. Isto não aconteceu. O povo brasileiro manteve, soberanamente, a república e o presidencialismo, não havendo portanto, necessidade da chamada "revisão".

Alterações outras que entenderam-se necessárias, podem ser feitas, mas somente seguindo os dispositivos constitucionais, que prevêem emendas constitucionais deliberadas e aprovadas por 3/5 dos membros da Câmara Federal e Senado, em sessões distintas.

Desta forma as Associações de Moradores do Paraná, através de suas representações legais, FAMOPAR, Uniões e Federações municipais, se manifestam contra o golpe e exigem do Congresso Nacional respeito à Constituição.

As entidades exigem também a preservação dos direitos sociais e econômicos, conquistas de todos e previstas na Constituição, bem como a regulamentação pelo Congresso Nacional dos dispositivos constitucionais ainda não implementados por falta de legislação complementar.

A Organização Comunitária paranaense quer também a garantia de que serão assegurados no orçamento da União, Estados e Municípios, recursos suficientes para fazer frente às necessidades da população nas áreas sociais.

Neste sentido é indispensável que acabe-se com a dispersão de recursos na especulação financeira, que alimenta a inflação, ampliando-se os investimentos em habitação, saúde, educação, saneamento básico e cultura.

Dispostos à luta para defenderem seus direitos as lideranças comunitárias do Paraná, manifestam-se para a Marcha a Brasília, convocada pela Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM, para o dia 20/10/93.

Vamos nos somar a todos os estados na defesa da moradia dos direitos sociais e da Nação.

(a) ilegível

Jacarezinho, 26 de setembro de 1993

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1.993

TIRAR A VIDA NÃO É CRIME?

Dom Pedro Pedalto  
Arcebispo de Curitiba

Na revista VEJA do dia 6 de outubro passado, a religiosa irmã Ivone Gabara com o título: "Aborto não é pecado" defende o aborto. Irmã Ivone Gabara, com 48 anos, pertence à Congregação das Irmãs de Nossa Senhora. Ela é a favor da legalização do aborto. Diz ela: "A mãe tem sim algum direito sobre a vida que carrega no útero. Se ela não tem condições psicológicas de enfrentar a gravidez, tem direito de interrompê-la. Deve valer para todos os casos e não apenas em situações especiais, como o estupro. Aborto não é pecado. O evangelho não trata desse assunto".

Quem é a irmã Ivone? É uma freira formada em Filosofia na PUC de São Paulo e Teologia na Bélgica. É autora de diversos livros. Vive viajando para fazer conferências, tendo ido recentemente à Suécia, Venezuela, Bolívia, embarcando em janeiro para Nova Iorque para lecionar Teologia.

O que a Igreja Católica diz a respeito do aborto.

O novo catecismo da Igreja Católica condena o aborto e igualmente a encíclica "Splendor Veritatis".

O documento conciliar "Gaudium et Spes" afirma: "Deus, que é o Senhor da vida, confiou aos homens o encargo de preservar a vida e ser protegida desde o primeiro instante da concepção com o máximo cuidado. O aborto como o infanticídio, são crimes nefandos". (Gaudium et Spes, nº 51).

Puebla, por sua vez, diz: "Condenamos todo o menosprezo, diminuição ou injúria às pessoas e seus direitos inalienáveis: todo o atentado contra a vida humana, desde que está oculta no seio materno". (Puebla nº 318). O "aborto é um crime abominável". (Puebla, nº 612).

Santo Domingo por sua vez confirma a mesma doutrina, quando trata da família: "Proclamar que Deus é único Senhor da vida, que o homem não é e nem pode ser dono ou árbitro da vida humana; condenar e rejeitar qualquer violência exercida pelas autoridades em favor da anticoncepção, da eutanásia, da esterilização e do aborto provocado". (Santo Domingo, nº 223). Continua: "Fomentam-se a mentalidade e as ações contra a vida, mediante campanhas antinatalistas, de manipulação genética, do abominável crime do aborto e da eutanásia". (Santo Domingo, nº 234).

O Código de Direito Canônico, que é a Lei da Igreja, no cânon 1398, afirma: "Quem provoca aborto, seguindo-se o efeito, incorre em excomunhão". Excomunhão é uma pena gravíssima da Igreja. O padre precisa de uma autorização especial do bispo para absolver o penitente que cometeu o pecado do aborto.



Na 31.<sup>a</sup> Assembléia Geral da CNBB de 28 de abril a 7 de maio passado, os bispos do Brasil fizeram o pronunciamento: "A Despenalização do Aborto" publicado no Comunicado Mensal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - abril-maio de 1993, nas folhas n° 753 e 754.

Dizem os bispos: "Encontram-se tramitando no Congresso Nacional vários projetos de deputados e senadores de diversos partidos, propondo a liberação do aborto, legalizando o aborto, ousando propor a despenalização total do aborto. Diante desses e outros fatos, que agridem gravemente o direito à vida do nascituro; como pastores da Igreja Católica no Brasil queremos proclamar o nosso compromisso com o sagrado dom da vida. Fazemô-lo em sintonia com o santo padre dizendo: "Sim à vida e à família. Diante das graves agressões à vida e à família, agravadas nos últimos anos, propomos uma decidida ação para defender e promover a vida e a família, desde sua concepção. Toda a vida humana é sagrada". (Santo Domingo, n° 297).

"Denunciamos mais uma vez que todo o aborto provocado, além de seu execrável

aspecto de crueldade, além de seu verdadeiro e grave atentado à vida do nascituro. O aborto será sempre um crime abominável, um gravíssimo pecado contra uma pessoa em miniatura". O feto, no ventre materno, distingue-se do corpo da própria mãe. É outro ser, é intocável - somente Deus é o Senhor da vida. Nenhuma pessoa humana pode considerar-se dona da própria vida ou da vida de outrem". (A Despenalização do Aborto).

Não há lugar para dúvidas depois destes documentos da Igreja.

O aborto é pecado e pecado gravíssimo.

Igualmente, a Igreja condena o Dui, que também é abortivo. Mas mesmo que não o fosse, a Igreja condena os anticoncepcionais.

Os autênticos católicos não deveriam mais assinar e comprar "Veja", revista contra a Igreja Católica. Esta advertência já foi feita pelos bispos do Brasil na Assembléia Geral da CNBB.

Creio que respondi à pergunta: "Tirar a vida não é crime?"